

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SILVANA DE MEDEIROS THIESEN**

**A PARTICIPAÇÃO COMO VERDADEIRA ESSÊNCIA DA VELHICE:
uma experiência de Serviço Social, junto ao Curso de Formação de Monitores da Ação
Gerontológica – NETI – UFSC**


Prof.^a Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSEM/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 08 / 07 / 03

**FLORIANÓPOLIS
2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SILVANA DE MEDEIROS THIESEN**

**A PARTICIPAÇÃO COMO VERDADEIRA ESSÊNCIA DA VELHICE:
uma experiência de Serviço Social, junto ao Curso de Formação de Monitores da Ação
Gerontológica – NETI – UFSC**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.**

Orientadora: Prof.^a Vera Inêz Gauer Nilsson

**FLORIANÓPOLIS
2003**

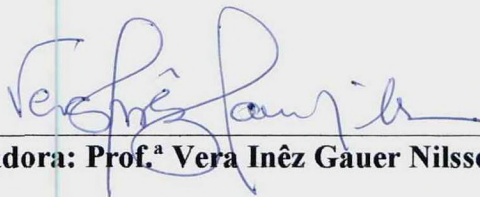
SILVANA DE MEDEIROS THIESEN

**A PARTICIPAÇÃO COMO VERDADEIRA ESSÊNCIA DA VELHICE:
uma experiência de Serviço Social, junto ao Curso de Formação de Monitores da Ação
Gerontológica – NETI – UFSC**

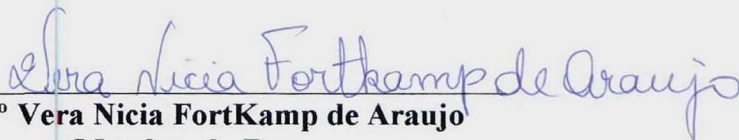
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção da nota 10,0 com objetivo do título de bacharel em Serviço Social.

Florianópolis, 08 de julho de 2003.

Banca Examinadora:



Orientadora: Prof.^a Vera Inês Gauer Nilsson



**Prof^o Vera Nícia FortKamp de Araujo
Membro da Banca**



**Adair Silveira
Membro da Banca**

Dedico este trabalho com todo o meu amor às três pessoas mais importantes da minha vida: meu marido Tony, e meus filhos Anthony e Yasmin, que com certeza são a razão de minha existência.

AGRADECIMENTOS

Ao vencer mais esta etapa da vida, tenho muito a agradecer:

- Principalmente a Deus, pela força interior que me impulsiona e protege em todos os momentos;
- A meus pais, pelas palavras de incentivo;
- A meu marido Tony, que esteve sempre me incentivando, ouvindo e consolando;
- A meus filhos, Anthony e Yasmin que compreenderam minha ausência e me amam incondicionalmente;
- A minha irmã Eliana, pelas orações e palavras de conforto;
- A avó, Maria, hoje com 93 anos, e principal motivo pela escolha da área;
- As minhas amigas da Unisul, que apesar da distância, continuaram sempre torcendo por mim;
- Após todos os amigos e familiares, que de alguma forma, me incentivaram durante o curso;
- A Regiane, pela digitação de diversos trabalhos;
- Ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade – NETI, pelo espaço cedido; principalmente a pessoa de D. Eloá, que mesmo sem perceber me deu muito apoio;
- A professora orientadora, Vera, que sempre foi exemplo de humildade, competência, sabedoria e companheirismo, possibilitando sempre minha reflexão pessoal e agir profissional;
- Ao Conselho Municipal do Idoso – CMI, pelo apoio e oportunidade;
- A Elaine, presidente do CMI, Albertina, coordenadora do Programa de Atenção a Terceira Idade – PROATI, e especialmente a Adair, secretária executiva do CMI e assistente social de competência incalculável e amiga inseparável. Todas me deram oportunidade e confiaram em minha competência.

Enfim, obrigado a todos que de alguma forma acreditaram em mim.

RECONHECIMENTO

Às pessoas da terceira idade, razão de ser deste trabalho. Com quem tivemos a oportunidade e o privilégio de manter uma convivência enriquecedora e inesquecível.

A maneira respeitosa e principalmente carinhosa, com que fomos recebidas, proporcionou-nos exemplo de vida e sabedoria. Além disso, os admiramos pelo fato de enfrentar o novo, de vencer os preconceitos, politizar-se e de buscar a felicidade.

Que aqui fique registrado, o nosso reconhecimento e agradecimento pela amizade e confiança, juntamente com nossa mensagem:



"[...] o importante não é o que os outros fazem conosco, e sim, o que fazemos daquilo que os outros nos fazem".

Sartre

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 01 - Gráfico de Distribuição por Sexo	57
Figura 02 – Gráfico de Distribuição por Idade	58
Figura 03 – Gráfico de Distribuição por Estado Civil	58
Figura 04 – Gráfico de Distribuição por componentes familiares	59
Figura 05 – Gráfico de Distribuição por Procedência.....	60
Figura 06 – Gráfico de Distribuição por domínio de domicílio e Situação Fundiária	61
Figura 07 – Gráfico de Distribuição da Renda Familiar em Salários Mínimos	62
Figura 08 – Gráfico de Distribuição por Modalidade de Trabalho	63
Figura 09 – Gráfico de Distribuição por Curso mais Elevado já freqüentado	63
Figura 10 – Gráfico de Distribuição por Assuntos e Leituras Preferidas	64
Figura 11 – Gráfico de Distribuição por Atividades Preferidas de Lazer	65
Figura 12 – Gráfico de Distribuição por Motivos de freqüentar a Instituição	66
Figura 13 – Gráfico de Distribuição das Mudanças na Vida depois de entrar na Instituição	68
Figura 14 – Gráfico Identificando Atividades exercidas na Comunidade	70
Figura 15 – Gráfico Identificando a Qualidade das Aulas	72
Figura 16 – Gráfico Identificando o Relacionamento entre Aluno/Aluno	73
Figura 17 – Gráfico Identificando o Relacionamento entre Aluno/ Professor.....	74
Figura 18 – Gráfico Identificando o Relacionamento entre Aluno/Instituição	74
Figura 19 – Gráfico Identificando Melhorias para a Instituição	75
Figura 20 – Gráfico Identificando Expectativas que o Curso Proporciona	76
Figura 21 – Gráfico Identificando Sugestões para a Sociedade com Relação à Terceira Idade	77

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	Dimensionando o Envelhecimento Demográfico	11
1.1	Envelhecimento Populacional: uma realidade do século XXI	11
1.2	Características do Envelhecimento	17
1.3	As Políticas Sociais Voltadas para a Terceira Idade	24
1.4	As Ações Voltadas para a Política do Envelhecimento em Santa Catarina e em Florianópolis	36
2	DESCRIÇÃO E ANÁLISE COMPREENSIVA DA PRÁXIS	43
2.1	NETI sua História e seus Programas	43
2.2	O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica	48
2.3	Situando os Atores Sociais	56
2.4	Propostas e Perspectivas para o Serviço Social.....	81
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXOS	100
	Anexo A - Folder do Conselho Estadual do Idoso – CEI	103
	Anexo B - Folder do Programa de Atenção à Terceira Idade – PROATI	104
	Anexo C – Folder do Conselho Municipal do Idoso – CMI	107
	Anexo D –Folder do Núcleo de Estudos da Terceira Idade – NETI	110
	Anexo E – Folder do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica – CFMAG	113
	Anexo F – Programas das disciplinas acompanhadas.....	120
	Anexo G – Questionário aplicado	125

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso: A Participação como Verdadeira Essência da Velhice: uma experiência de Serviço Social, junto ao Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica – NETI – UFSC, é resultado da experiência de estágio, desenvolvido no período de setembro de 2002 a fevereiro de 2003, no Núcleo de Estudos da Terceira Idade, mais precisamente no Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica. A realização do mesmo, buscou atender as exigências do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Assistente Social.

Pretendemos, portanto, expor uma reflexão sobre a velhice, enquanto fenômeno vivido por pessoas, o qual tivemos a oportunidade de conviver durante certo tempo.

Até bem pouco tempo atrás, a idéia de pessoas, com mais de 100 anos, associava-se a casos raros. Hoje, com o avanço da medicina e a melhoria da qualidade de vida, as novas pesquisas na área da gerontologia mostram uma nova realidade com relação à expectativa de vida. A estimativa para o ano de 2025 é de 31,8 milhões de pessoas acima de sessenta anos, e o Brasil estará entre os seis países do mundo com o maior contingente de idosos.

Dessa forma, o envelhecimento populacional vem apresentar-se como um desafio, tanto pela ampliação, cada vez maior, do contingente de idosos em todas as sociedades, quanto pela qualidade deste envelhecer. Acrescentar tempo à vida requer qualificar este tempo para que a velhice não seja um encargo, mas uma etapa de realizações pessoais e sociais.

Inúmeros autores enfatizam a importância da reformulação sobre a abordagem da questão do idoso. Emerge uma nova imagem da terceira idade, marcada pelo aumento da diversidade de padrões e estilos de vida.

Essas questões exigem a criação de políticas públicas e programas sociais, que busquem assegurar e garantir ao idoso o exercício de seus direitos, bem como, sua qualidade de vida. A inserção em grupos organizados socialmente permite, através do processo de participação social, o desenvolvimento da consciência crítica, da autonomia, da autodeterminação e a construção de caminhos para a vivência de uma melhor qualidade de vida.

Sendo assim, o NETI tem como missão “colocar o conhecimento da gerontologia à disposição da comunidade, desenvolvendo estudos e pesquisas, inserindo e promovendo pessoas da terceira idade no meio acadêmico, como sujeito em transformação e transformador, tornando-o um órgão suplementar na estrutura da UFSC” (Anexo D).

Assim, fazemos neste trabalho, um percurso metodológico que se apresenta estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos um recorte sobre a questão do envelhecimento populacional, suas causas e conseqüências. Seguindo-se posteriormente efetuamos uma explanação sobre o processo de envelhecimento, que na nossa compreensão, o que caracteriza a velhice não é o número de anos vividos, mas sim, a perda dos ideais do sentido da vida. Para tanto, trabalhamos conceitualmente sobre o envelhecimento. No próximo momento, fazemos um resgate sobre o surgimento das Políticas Sociais voltadas para a terceira idade, bem como, a situação no Estado de Santa Catarina e no Município de Florianópolis.

No segundo capítulo, descrevemos a história e os programas da instituição o qual estivemos inseridos, situando de forma mais específica o Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, seus conceitos e forma. Na seqüência, apresentamos a análise e pesquisa realizada junto aos participantes, alunos da 5ª fase, deste curso, atores sociais deste processo. A seguir teceremos algumas reflexões, sobre nosso posicionamento teórico metodológico do Serviço Social, onde privilegamos o diálogo, como um dos instrumentos de

trabalho do Assistente Social e a participação como categoria imprescindível no processo de envelhecimento.

Finalizando, apresentaremos nossas considerações finais, onde faremos um retorno reflexivo sobre nossa vivência, enquanto estagiária, seguido das referências bibliográficas, que serviram de sustentação para nossa compreensão, bem como os anexos.

Assim, acreditamos que os homens poderão sentir-se motivados a participar, no momento em que um novo projeto for proposto; um projeto que atenda também aos seus legítimos interesses e que dê significado à sua participação.

1 DIMENSIONANDO O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO

1.1 Envelhecimento Populacional: uma realidade do século XXI

Envelhecer, neste final de século, já não é uma proeza reservada a uma pequena parcela da população privilegiada. Agora, envelhecer passou a ser uma experiência que está sendo vivida por um número cada vez mais crescente de pessoas em todo o mundo.

O envelhecimento populacional é uma realidade. Alguns países já vêm enfrentando essa questão há muito tempo. Outros como o Brasil, só agora começam a sentir esse fenômeno, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Há uma diferença substancial entre o envelhecimento nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, já que os mecanismos que o levam a tal envelhecimento são distintos.

A Divisão de Populações das Nações Unidas (2000), diz que em 1950 o percentual de maiores de 60 anos de idade era de 8,2%; e em 2000 essa faixa etária alcançou os 10%; e as projeções para 2025 estimam que o planeta abrigará 21,1% de idosos.

No Brasil, os índices são semelhantes: em 1950, 4,9%; em 2000, 7,8%; e no ano de 2025 teremos 23,6% de idosos. Isto porque a evolução demográfica brasileira vem sendo marcada, nas cinco últimas décadas, por transições decorrentes de mudanças nos níveis de mortalidade e fecundidade, uma vez que as imigrações internacionais deixaram de ter influência a partir de 1940.

Entre 1940 e 1960, a população experimenta um aumento em seu ritmo de crescimento anual. De 2,34% ao ano na década de quarenta, seu crescimento passa para 3,05% no decênio seguinte. Esta transição se deu exclusivamente a um declínio da mortalidade, traduzido por um ganho de dez anos na esperança de vida ao nascer (de 41,5

anos, em 1940, para 51,6 anos em 1960), uma vez que a taxa de fecundidade total manteve-se constante no período, e igual a 6,2 filhos por mulher.

A partir de 1960, o ritmo anual de crescimento populacional começa a se desacelerar passando a 2,80% nos períodos de 1960-70 e 1970-80, respectivamente. Mas é entre 1980 e 1991 que mais declina este ritmo de crescimento, atingindo a taxa anual de 1,94%.

Logo o responsável por esta redução de crescimento populacional foi a queda da fecundidade, uma vez que a mortalidade continuou declinando, registrando um ganho na esperança da vida ao nascer da ordem de 14 anos, entre 1960 e 1991. De fato, a fecundidade, experimentou, no período, uma redução da ordem de 60%, ao atingir o valor de 2,5 em 1991. Este descenso foi suave entre 1960 e 1970, ou seja, da ordem de 10%, e toma força, atingindo 20%, entre 1970 e 1980, para se acelerar ainda mais, 4,5% na última década. Estas transições afetaram diretamente e de forma significativa a estrutura etária da população.

* Caracterizado como possuidor de uma população jovem, o Brasil apresentou até 1970 uma estrutura praticamente constante de jovens menores de 15 anos, de adultos de 15 a 64 anos e de idosos de 65 anos ou mais. A partir de então, e fruto da queda da fecundidade, o grupo de jovens passa a representar, a partir de 1980, proporcionalmente bem menos no cômputo geral da população, abrindo, com isso, espaço para aumentar o peso relativo do grupo de 15 a 64 anos e dos idosos de 65 anos e mais.

Ainda segundo ONU, até 2000 haverá uma redução no crescimento deste segmento populacional, e voltando a crescer entre 2010 e 2020, para alcançar a taxa de 3,80% ao ano. Isto estará ocorrendo enquanto a população total continuar experimentando descenso em seu ritmo de crescimento chegando a uma taxa de 1% entre 2010 e 2020.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em décadas recentes, as taxas de mortalidade experimentaram acentuados declínios em quase todos os países. Como

consequência, a esperança de vida ao nascer aumentou da média de 40 anos para cerca de 62 anos da década de quarenta para a de noventa, nos países em desenvolvimento. As projeções atuais indicam que no ano 2020 a esperança de vida ao nascer nestes países será de 70 anos, e esperança de vida de seus nascidos neste ano, será de três décadas a mais.

Aos declínios em mortalidade precedem quedas ainda mais pronunciadas nas taxas de fecundidade – com exceção da maior parte do continente africano. Por exemplo, a taxa total de número que uma mulher espera ter tido ao final de sua vida reprodutiva na China caiu de 4,9 em 1970 para 1,8 atualmente. No Brasil, (ao contrário da China, onde uma política governamental estipula o limite de uma criança por família), a queda verificada entre o início dos anos 70 até hoje é igualmente sem precedentes: de 5,8 para 2,4, segundo últimos dados. A combinação destes dois fatores leva ao que os demógrafos chamam de “transição demográfica”. Em essência; uma mudança de situações caracterizadas por alta mortalidade/alta fecundidade para as caracterizadas por baixa mortalidade/fecundidade e consequentemente ao envelhecimento populacional: menos crianças e mais idosos.

Até aí, nada de novo. Países hoje envelhecidos, como no Norte da Europa, experimentaram o envelhecimento populacional em resposta as diminuições das taxas de mortalidade e fecundidade. A grande diferença está relacionada às condições através das quais, tais quedas ocorreram. Pouco a pouco, a partir da Revolução Industrial, contingentes maiores da população passaram a viver melhores condições nutricionais, ambientais, de trabalho, de saneamento, de moradia, etc. Resultado: as causas de morte prematura tornaram-se menos freqüentes (gastroenterites e infecções respiratórias na infância, tuberculose, sarampo e suas complicações, difteria, entre outras). As taxas de fecundidade diminuíram também, de forma relativamente paulatina, já que as mulheres estavam alcançando níveis educacionais mais altos – e portanto, expectativas para a vida diferentes de suas mães ou avós. A transição demográfica nos países envelhecidos de hoje, se deu de um modo mais gradual e

ao longo de um período de tempo maior do que vem acontecendo agora nos países em desenvolvimento (OMS,1996).

Nos países em desenvolvimento o controle das mortes prematuras tem sido função, sobretudo, de intervenções da tecnologia médica. Com vacinas virtualmente inexistentes até a primeira metade deste século e antibióticos, tornou-se possível prevenir e/ou tratar eficazmente grande parte das enfermidades infecciosas que dizimavam populações no passado. Assim mesmo que uma pessoa viva hoje em condições precárias, sem água potável, sem esgotos sanitários, em péssimas condições de moradia e trabalho, subalimentada, suas chances de sobreviver até a velhice são muito maiores do que até um passado muito recente.

A conquista é tecnológica e tem muito menos a ver com desenvolvimento sócio-econômico do que a experiência de um país, como por exemplo, a França. Além disso, as quedas de natalidade que no passado dependiam de um nível educacional alto, já que os métodos contraceptivos eram precários, pouco fiáveis e difíceis de serem utilizados, hoje podem ser alcançados em menos tempo. De novo a tecnologia é o fator facilitador. Até os anos 60, o controle familiar era privilégio da classe média e de alto nível educacional. Com o advento de métodos contraceptivos modernos e fiáveis, mesmo mulheres vivendo nas mais precárias condições, analfabetas, podem ter acesso e fazer uso de métodos contraceptivos inimaginados por suas mães com dez filhos ou mais.

O resultado de tudo isso é a superposição do envelhecimento no rol dos problemas a serem enfrentados pelos países em desenvolvimento que não dispõem de recursos que, por exemplo, a França tinha quando envelheceu. Ou seja, além do controle das doenças transmissíveis (ainda comum), do analfabetismo, de problemas infra-estruturais – além do que é clássico no subdesenvolvimento, temos que estar alertas para a problemática do idoso.

Berquó (1988), chamava a atenção para a feminização do envelhecimento e suas conseqüências para as políticas sociais, em especial, a de saúde.

Há muito tempo, tem sido superior no país, o número absoluto de mulheres idosas, quando confrontando com o de homens de 65 anos e mais. Também a proporção de idosas em relação à população total de mulheres tem se mantido sistematicamente superior àquela correspondente aos homens idosos.

A razão de sexos para a população idosa, que era de 83 em 1940, chega a 94 em 1960 e, a partir daí, declina até voltar ao valor correspondente a 1940, isto é, para cada 100 mulheres de 65 anos e mais, há apenas 83 homens na mesma faixa etária.

Este diferencial por sexo dentre os idosos, e que se acentua nos últimos anos, é explicado pela diversidade nos ritmos de crescimento das populações idosas feminina e masculina. A primeira vem crescendo a um ritmo maior do que a segunda.

Este fato, por sua vez, é decorrente de uma situação de mortalidade diferencial por sexo que prevalece há muito na população brasileira. Desde 1950 as mulheres têm correspondido maior esperança de vida ao nascer, ou seja, lhes tem cabido um número maior de anos por viver. Em 1980, enquanto era de 59 anos a esperança de vida para os homens, as mulheres correspondiam 65 anos, ou seja, chance de viver seis anos a mais do que os homens. Em 1991, esta diferença cresceu para sete anos. E as projeções para 2010 e 2020 mantêm uma diferença em torno de seis anos.

Embora as taxas de mortalidade das populações masculinas venham declinando no tempo, o diferencial às mulheres se verifica tanto na população total quanto na população de idosos.

Buscando as principais causas de morte de mulheres e homens, de 65 anos e mais, verifica-se que as cinco primeiras são as mesmas para ambos os sexos. Por ordem, as mais importantes são: doença cerebrovascular, doença isquêmica do coração, neoplasmas malignos, doenças da circulação pulmonar e outras doenças do coração e do aparelho

respiratório. Comparados às mulheres, os homens apresentam sempre maiores valores para os neoplasmas malignos e doenças respiratórias.

Ainda segundo a OMS, o envelhecimento populacional, é o resultado de sucessos substanciais de intervenções de saúde pública nos últimos 50 anos. Paradoxalmente, no entanto, o envelhecimento apresenta desafios que estas mesmas sociedades ainda não se alertaram ou não dispõem de recursos para enfrentar. Essas projeções indicam que no ano 2020, 77% das mortes que ocorrerão nos países em desenvolvimento serão por doenças não-transmissíveis, derrames, infartes, diversos tipos de câncer, diabetes e hipertensão.

E ainda segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), para 2050, estima-se que serão 1 bilhão e 900 milhões de idosos no mundo, igual a população de zero a quatorze anos, ou seja, será de um idoso para cada cinco pessoas.

Já em Santa Catarina, segundo a mesma fonte, a população geral é de 5,3 milhões de habitantes, e pessoas com mais de 60 anos de idade é de 430.433. Sendo que 194 mil são homens, e 233mil, mulheres. Já em Florianópolis, são 342.315 habitantes e 28.816 são idosos, dos quais 11.979 são homens e 16.837 são mulheres. Enfim, a expectativa de vida da mulher é cerca de 7,5 anos maior que a do homem nos países desenvolvidos, e 2,2 anos nos países em desenvolvimento.

Sendo assim, no item seguinte, estaremos enfocando o processo de envelhecimento, enquanto um produto histórico-cultural, que se inscreve, atualmente na pauta de diversos segmentos da sociedade, recebendo a atenção de profissionais, organizações governamentais e não governamentais, pois a questão social dos idosos não pode continuar sendo secundarizada, nem objeto de políticas tímidas e soluções menores, porque segundo Salgado (1992, p.65);

O velho não pode ser condenado a velhar. Ao contrário, tem de ser estimulado a viver segundo suas expectativas e potencialidades, ainda que

obedecendo a seus limites particulares, tem que estar presente no mundo que o cerca. A existência plena não é propriedade dos jovens. É um direito de todos os que estão vivos. Os velhos têm algumas décadas a mais de cidadania do que os jovens e, se isso não lhes confere a procedência, lhes dá pelo menos o direito de lutar por uma qualidade de vida.

1.2 Características do Envelhecimento

Homens e mulheres sempre correram atrás da juventude, principalmente depois que atingem uma certa idade, pois todos desejam viver muito, mas ninguém deseja ser velho ou pensar sobre a velhice.

Adolescentes e jovens adultos, nem pensam em envelhecimento. Ao contrário, o desejo é de alcançar os 21 anos ou mais, que lhe garantam vários direitos e, possivelmente, a conquista da independência. Ao atingir os 30-40 anos, começam a perceber que o organismo não é mais aquele dos anos dourados e começam a se preocupar com alterações nas capacidades fisiológicas e com as características morfológicas. Talvez por isso, já há muitos anos, foi cunhada a frase ‘a vida começa aos 40 anos’. Na realidade há muitas razões para isso, porque a expectativa de vida foi aumentando significativamente, e as pessoas tinham mais trinta e até mais anos à sua frente para empreender as mais diversas atividades que lhes permitiriam realizar-se e serem úteis à família e/ou sociedade. Além disso, os jovens em geral, têm perspectivas sombrias sobre o envelhecer, considerando a velhice como o tempo de se pagar os pecados cometidos durante a juventude.

De acordo com Néri (1992), durante milhares de anos, o envelhecimento tem se apresentado como um processo no qual ocorrem sofrimentos, doenças e pobreza. Assim sendo, o ser humano luta para preservar a juventude, principalmente na sociedade capitalista, onde se valoriza prioritariamente o belo, o jovem e o forte.

Salgado (1992, p.29), ao definir a velhice, a expressa dizendo que esta deve ser “[...] entendida como uma etapa da vida na qual, em decorrência da alta idade cronológica,

ocorrem modificações de ordem biopsicológicas que afetam a relação do indivíduo com o meio”.

Tal entendimento nos mostra como a velhice é um fenômeno para além das modificações físicas e biológicas, que se manifesta também nas relações sociais do idoso. Muito mais que uma etapa da vida,

[...] o envelhecimento é um processo de modificações, que se desenrola, tanto na área biopsicológica como na área psico-social. O envelhecer é, então, não somente momento na vida de um indivíduo, mas um “processo” extremamente complexo, que tem implicações tanto para a pessoa que o vivencia, como para sociedade que o assiste, suporta ou promove. (FRAIMAN, 1991, p. 15).

É difícil estabelecer um marco para o início do processo de envelhecimento, não só pelo fato de ser variável de um indivíduo para o outro, mas também, pelo fato dos primeiros sinais de envelhecimento serem pouco perceptíveis.

Segundo a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial de Saúde, a pessoa idosa é toda aquela com idade a partir dos 60 anos para os países de Terceiro Mundo, enquanto que a Constituição Federal Brasileira de 1988, considera idoso todo cidadão maior de 65 anos.

Segundo Néri (1992), essas mudanças na vida do idoso, são de ordem:

- a) Social: perda de familiares, pela necessidade dos membros da família trabalharem fora do lar;
- b) Habitacional: falta de acomodações em casa para o idoso;
- c) Econômica: dificuldades financeiras, devido à aposentadoria ou pensão serem insuficientes;
- d) Psicológica: volta ao estado de dependência, perda da capacidade de liderança;
- e) Cultural: dificuldade de convivência com pessoas mais jovens, causando conflito de gerações; e

- f) Saúde; dificuldade de locomoção, doenças, necessidade de assistência médica e enfermagem.

O envelhecimento também causa uma série de transformações mentais de aspecto deficitário, influenciando sobre as capacidades operacionais da inteligência, ocasionando uma inércia psíquica que se caracteriza pela falta de espontaneidade e rapidez dos processos do pensamento, dificuldade de aquisição de novos conhecimentos, dificuldade crescente de adaptação às novas situações, provocadas pelo declínio das aptidões, modificações da atividade que consiste na diminuição do controle das reações emocionais.

A maioria das pessoas cresce com medo e horror ao envelhecimento. Isto se dá porque na imaginação popular, o envelhecimento está associado à pele enrugada, feiúra, dependência, doenças crônicas e pobreza; quando na verdade, deveria estar associada à sabedoria, equilíbrio e auto-conhecimento, que representam o fruto de uma longa experiência de vida.

Assim, o idoso estabelece uma relação especial com o tempo. Observa-se uma tendência à perda de perspectivas para o futuro, o que torna o presente pouco estimulante, favorecendo uma supervalorização do passado como única etapa da vida em que houve realizações. Muitas vezes por não ter aproveitado a juventude ou por ter abandonado alguns sonhos, o idoso se desespera por não ter pensado na finitude da vida, alguns tentam recuperar o tempo perdido, outros se entregam à depressão.

As manifestações de desequilíbrio e sofrimento que se dão na velhice, em sua maioria refletem o vivido e a forma como foram estruturados esses acontecimentos pelo idoso em fases anteriores, problemas enfrentados com soluções muitas vezes adiadas e sem respostas satisfatórias.

Avançando a idade, ocorrem as perdas de parentes, amigos e contemporâneos que levam o idoso a concluir que também o seu fim está próximo. Por isso, o tempo do envelhecimento, é um dos períodos mais difíceis do ciclo da vida humana, por todo processo de perdas que exige de cada um.

Também com relação a essa questão, Debert (1996) vai dizer que há dois discursos na Gerontologia, que pensam a velhice de modos antagônicos. Um calcado nos estereótipos negativos da velhice, vista como um processo contínuo de perdas, onde a pessoa passa a ser vista como um ser frágil, incapaz e dependente, que necessita de proteção e cuidados, ou seja, um período de dependência e passividade. E um segundo modo, a inversão dessa representação, que atribui novos significados para essa etapa da vida, onde se considere, que, mesmo limitado o idoso mantém sua liberdade, que é um poder intrínseco do ser humano. Mesmo com a liberdade limitada, transforma essa etapa em tempo de prazer e realização pessoal; tempo de retomar os projetos abandonados e reatar relações com o mundo da juventude ou da velhice, mesmo porque nas sociedades pré-industriais os idosos chegaram a ocupar papéis importantes. “Detentores do poder econômico, usufruíram de considerável respeito, que lhes garantiu posições de conselheiros do grupo familiar, guardiões dos valores morais, juizes e muitas outras funções socialmente reconhecidas” (DEBERT, 1996, p. 110).

Pode-se considerar que, nessa época, a velhice não era apenas um tempo de vida. Pelo contrário, era um valor caracterizado pela experiência, determinando inclusive, grande ascendência moral sobre os grupos jovens da sociedade. Essa postura da sociedade vê a experiência do envelhecimento como algo gratificante e se empenha em reverter os estereótipos negativos da velhice; a compreende como parte do desenvolvimento humano integral, uma fase da vida caracterizada por muitas mudanças de ordem biopsicosocial e perdas físicas e afetivas, que transformam as relações dos indivíduos com o meio social, mas que pode ser uma fase plena de possibilidades para novas realizações.

Nesse processo, a manutenção da autodeterminação é fundamental para que o indivíduo tenha liberdade de agir com sua vontade e possa participar de atividades que lhes dêem um novo sentido de vida.

Dessa forma, acredita-se que, pelo fato de ser a velhice um fenômeno heterogêneo, “não se pode falar da existência de uma só imagem de velho e velhice nem se pode esperar coerência entre escolas, livros e mídia impressa e eletrônica” (NÉRI, 1992, p.58), quer dizer, nesse âmbito, “que é compreensível que exista a negação e a exaltação, a aceitação e a rejeição, a naturalidade e o artificialismo” (NÉRI, 1992, p.59).

Beauvoir, (1990, p. 08), constrói um painel sobre a questão do envelhecimento, no seu ensaio ela diz:

Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso do qual é indecente falar. [...] Com relação às pessoas idosas, essa sociedade não é apenas culpada, mas criminoso. Abrigada por trás dos mitos da expansão e da abundância, trata os velhos como párias [...]

Ainda segundo a autora, o motivo pelo qual ela escreve sobre o envelhecimento é “para quebrar a conspiração do silêncio”, querendo nos alertar que precisamos aceitá-lo como algo normal e próprio do ser humano, deixando de ignorá-lo, como se assim, ele deixasse de aparecer. O envelhecimento chega sorrateiramente e pega as pessoas desprevenidas, porque elas deliberadamente, não lhe deram atenção.

Sobre o envelhecimento, Skinner e Vaughan (1985, p. 26) assim se expressam “que devemos nos preocupar com o envelhecimento enquanto somos jovens porque o que ainda está por vir pode ser bem vivido, se simplesmente nos preocuparmos um pouco com isso”.

Assim, apesar da tentativa do ser humano de ignorar esse processo, a psicologia do envelhecimento ensina que ele é uma propriedade exclusiva dos organismos vivos e que compreende os processos de transformação do organismo humano, os quais, ocorrem após a capacidade reprodutiva, implicando na diminuição da probabilidade gradual de sobrevivência.

Essa probabilidade é acompanhada por alterações regulares na aparência, no comportamento, na experiência e nos papéis sociais. “O envelhecimento humano ocorre devido a desorganização crescente do sistema, que é determinada por elementos biológicos – genéticos, ecológicos, psicológicos e sócio-culturais. Também é influenciado por fatores externos, que podem ser econômicos e sociais” (SKINER e VAUGHAN, 1985, p.38).

As mudanças econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas, também influíram sobre a estrutura da família, levando-a a abandonar os modelos patriarcal e conjugal para optar por um modelo nuclear de reduzido número de dependentes e de convivência sem vínculos de parentesco, onde a escala de valor social é definida pelo nível de produtividade, ou seja, a perda do status dos idosos está diretamente relacionada com o desenvolvimento e a característica de priorizar a produção como o grande, senão o maior valor do ser humano. É a mística de que valem os mais pelo que produzem, do que pelo que são. É a própria sociedade que cria as categorias de homens produtivos e improdutivos, ideologicamente considerados como atributos comuns e naturais, e, dessa concepção resulta a tendência de que os homens velhos, economicamente inativos, sejam considerados socialmente mortos.

Também, o nível médio de vida humana vem aumentando, elevando os problemas sociais relativos à terceira idade, pois a questão não está no fato de envelhecer, mas nas modificações que vão ocorrendo no indivíduo e na falta de condições que favoreçam um envelhecimento biopsicosocial sadio.

Felizmente, a visão limitada de nossa cultura sobre o envelhecimento, está passando por profundas modificações. Hoje esse processo é também visto como uma etapa da vida que significa plenitude, e não declínio inevitável, marca de sucesso, e não de fracasso, pois a idade não pode ser considerada como algo negativo, mas ao contrário, deve ser focalizada como sinônimo de experiência e sabedoria acumulada. Cada etapa da vida possui

uma prescrição, a debilidade da infância, a audácia da juventude, a responsabilidade da vida adulta e a maturidade da velhice. Cada etapa evolui por si só e deve respeitar o seu tempo.

Mesmo assim, é necessário lembrar que a sociedade brasileira não está preparada para receber esse contingente de idosos, que já causa significativa mudança na nossa estrutura social. É carente de programas preventivos relativos às questões do envelhecimento, e também de serviços e estudos que tratem adequadamente dos problemas dos idosos sob o ponto de vista físico, psíquico e emocional. A ausência de condições de apoio familiar, a pobreza material e a inexistência de programas, estudos e serviços desenvolvidos por instituições sociais fazem com que idosos sejam excluídos, acentuando-se as fragilidades naturais do envelhecimento.

Fernandes et al. (1989, p. 15), ressalta essa questão da seguinte forma:

A Política Social no Brasil, tem por tradição hierarquizar os problemas sociais e, a partir daí, estabelecer as prioridades, deixando de lado o atendimento a outras questões ou grupos etários não credenciados para um atendimento urgente. Fica claro que a questão social da velhice foi sempre secularizada, visto que a maioria dos recursos e ações se concentram na infância.

Sendo assim, a questão do idoso deve merecer cada vez mais o interesse dos órgãos públicos, dos formuladores de políticas sociais e da sociedade em geral, devido ao volume crescente desse segmento populacional, seu ritmo de crescimento e de suas características demográficas, econômicas e sociais.

Se por um lado, a longevidade dos indivíduos decorre do sucesso de conquistas no campo social e de saúde, o envelhecimento como um processo, representa novas demandas por serviços, benefícios e atenções que se constituem em desafios para governantes e sociedade do presente e do futuro.

O cenário que aguarda os que entrarão em idades avançadas no próximo século, deverá contar com políticas sociais, que garantam aos idosos, condições para desfrutar de uma

vida com dignidade, pois os idosos trazem para a velhice a sabedoria e a experiência de uma vida inteira.

Para finalizar este item, gostaríamos de deixar registrado o que Yasbec (1995, p. 47) ressalta:

É importante assinalar que diante da pobreza e da exclusão, as políticas sociais e em especial a assistência social, tem limites muito claros e não resolvem questões estruturais. A precariedade das condições de vida daqueles que constituem o alvo das ações assistenciais e o caráter cumulativo de sua exclusão evidenciam que reverter esse processo exige profundas modificações não apenas no conjunto das políticas públicas, mas na própria estruturação da sociedade.

1.3 As Políticas Sociais Voltadas para a Terceira Idade

No Brasil, as Políticas Sociais começaram a surgir a partir dos anos 30, onde os efeitos dos conflitos entre a classe proletária e burguesia começam a se tornar evidentes tendo como causa,

[...] o aumento do desemprego, precárias condições de trabalho e queda de salários, levando a classe operária a se organizar, principalmente, através de seus sindicatos, transformando-os em fortes instrumentos de luta. Esse fato ocorre na passagem do capitalismo competitivo para a fase monopolista, e incentiva a classe dominante a levar as lutas para a esfera política e estatal. Assim, o Estado começa a intervir na questão assistencial, instituindo as Políticas Sociais no Brasil, como uma forma de legitimar e consolidar a hegemonia da classe dominante e diminuir os conflitos entre as classes (MONTAÑO, 1996, p. 104-105).

Assim a classe dominante constrói essa hegemonia, forma oligarquias, e passa a dominar a estrutura política brasileira, ditando as normas de acordo com os seus interesses.

Com o passar do tempo, o poder político das estruturas dominantes vai se transformando, mas as oligarquias continuam influenciando nas decisões nacionais. A compreensão desse fato é fundamental para entender o processo histórico brasileiro nos

planos social, político e econômico – a condição de marginalidade e dependência do processo de industrialização em relação à estrutura agrária brasileira tradicional.

Consolida-se, então, o “Estado de Compromisso”, trazendo novas relações entre o Estado e a classe operária, e permitindo o despertar do “Populismo”. Este, enquanto fonte de poder político, tem nas massas populares a base de sua legitimidade, o que explica a natureza e as formas de implementação das Políticas Sociais, nesse período. Com o populismo, o Estado passou a ser o árbitro dos interesses dos vários segmentos sociais, privilegiando, nessas Políticas, os setores médios urbanos e a burguesia industrial, que representam as massas populares.

Dessa maneira, inicia-se a intervenção do Estado na questão assistencial. Esse fato é marcante porque até 1930, o mesmo apenas se insinuava nessa questão como um agente de apoio ou fiscalização. A solidariedade da sociedade civil, através dos órgãos ligados à Igreja, é que cuidavam da questão social. Procurava-se disfarçar a pobreza, a qual era vista como falta de adaptação do indivíduo à sociedade e não como expressão da questão social, pela falta de investimento estatal nesta direção.

Assim, os conflitos, gerados pela nova organização do trabalho, advindos da industrialização e da entrada do capitalismo, estabelecem uma nova organização que gera a divisão sócio-técnica do trabalho e a apropriação desigual do produto desse trabalho, criando as desigualdades sociais e é, a partir das desigualdades sociais, que se expressa a questão social.

A questão social, pode se apresentar de formas diferentes, de acordo com o estágio de desenvolvimento existente, e é o resultado de que o mercado por si só não resolve as questões da sociedade e, segundo Iamamoto (1992, p. 75); “[...], cria novas necessidades sociais, a moral, os costumes, a religião, a organização familiar, o lazer. Afeta todo o modo de vida e de trabalho da sociedade.”

Assim, ^a organização da classe trabalhadora, naquela época, no Brasil, obrigou o Estado a intervir na assistência social como forma de enfrentamento da questão social. O primeiro passo dado pelo Estado nesse sentido foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com a finalidade de fiscalizar, ordenar e controlar as ações junto à força de trabalho. Sposati et al (1985, p. 42) acrescentam:

Progressivamente, o Estado brasileiro passa a reconhecer a questão Social como uma questão política a ser resolvida sob sua direção. A assistência começa a se configurar, quer como uma esfera programática da ação governamental para a prestação de serviços, quer como mecanismo político para amortecimento de tensões sociais.

Acalmados os conflitos com a implantação das Políticas Sociais, surgem condições de um acordo entre o estado e sociedade civil. Esse acordo é chamado de "pacto social", onde o estado concede os benefícios à população carente e, esta, em troca, aceita a legitimidade do mesmo.

Como se pode observar, as Políticas Sociais surgem com funções definidas, quais sejam: Social ou Assistencial, Política e Econômica. A função social ou assistencial caracteriza-se pela prestação de serviços sociais ou assistenciais - educação, saúde pública, complementos salariais, serviços comunitários e outros referentes ao social. Em decorrência da função social, aparece a função política: a legitimação do Estado, a diminuição e institucionalização das manifestações dos conflitos sociais.

Além disso, as Políticas Sociais também desenvolvem importante função econômica, que, conforme escreve Montaña (1996, p. 105);

[...] confirma a desresponsabilização do capitalista na reprodução da força de trabalho que contrata. As Políticas Sociais permitem a redução salarial, na medida em que o trabalhador não tem como único recurso para satisfazer suas necessidades vitais o salário que recebe por seu trabalho, mas agora conta também com os serviços sociais e assistenciais que o Estado oferece.

Então a responsabilidade do capitalismo na reprodução da força de trabalho é transferida para o Estado e este arrecada os recursos das Políticas Sociais, através dos impostos pagos pela população. Resultando uma diminuição de custos para o capitalista, aumentando o seu lucro.

Naquele momento histórico, foram essas as funções das Políticas Sociais. Nesse campo, porém, há de se considerar, também, o movimento real e concreto das forças sociais e da conjuntura da época.

Ainda com relação à função dessas Políticas, temos que levar em conta a sua função ideológica, que é significativa, devido à discriminação que impõe à população alvo. Esta é discriminada por critérios de idade ou de normalidade ou anormalidade, transformando esses grupos em anormais, fracassados ou desadaptados. O referencial para seleção é o trabalho. “Quem não consegue, com seu trabalho, ter uma vida normal, é censurado pelas próprias Políticas Sociais, que atribuem ao indivíduo o seu fracasso, tornando-o culpado pelo mesmo” (DEMO, 1978, p. 35).

Todos os aparelhos ideológicos são comandados pelas classes dominantes, e têm a finalidade de subjugar e submeter o proletariado, exercendo a função de reproduzir a subordinação, como convém a essa classe.

O Estado intervém de diversas maneiras, como mostra Faleiros (1995, p. 56),

As Políticas Sociais são classificadas empiricamente, de acordo com a natureza da intervenção do Estado, considerando-se o que se chama comumente de “medidas de política social”, que consistem na implantação de assistência, de previdência social, de prestação de serviços, de proteção jurídica, de construção de equipamentos sociais e de subsídios.

A assistência implica uma transferência de dinheiro, bônus ou de bens de consumo, com base num pedido, e de acordo com critérios de seleção, a um indivíduo que

deve provar que se encontra em estado de privação e impossibilitado de prover imediatamente a sua subsistência.

Quanto à questão das Políticas Sociais, Montañó faz uma síntese do processo:

A classe dominante, na sua mentalidade burguesa, possui uma visão fragmentada da realidade social. Esta também é compartilhada pelas Ciências Sociais. Em vista disso, as Políticas Sociais não são desenhadas a partir de uma perspectiva de totalidade da sociedade e de uma realidade social entendida como histórica e estrutural. Há uma "deseconomização" e uma "despolitização" da esfera social, como se a economia e a política fossem independentes do social e a sociedade pudesse ser entendida a partir de "recortes" da realidade. Então, as Políticas Sociais, sendo desenhadas nessa perspectiva segmentada da realidade social, se constituem em instrumentos focalizados em cada uma das "questões sociais", transformando-se em paliativos que não resolvem os problemas e, além disso, atingem apenas uma parcela da população, contribuindo para aumentar a exclusão social. (MONTAÑO, 1996, p.105-106)

Como observamos, as Políticas Sociais são restritas e excludentes deixando uma grande parcela da população fora de seu alcance. A classe política não se sente responsável por essa exclusão e pela pobreza. Tratar de problemas sociais, também não é objetivo do mercado, pois pobreza não dá lucro. Assim é a questão social, que se expressa no Brasil de várias maneiras. Cresce cada vez mais, em nosso país, tomando proporções imensas, sem que haja providências para evitar essa situação. Além disso, as Políticas Sociais são paternalistas, o que torna o usuário dependente das mesmas.

O agravamento da questão social, é responsável por transformações que atingem todos os setores da sociedade, principalmente as classes menos favorecidas. Os únicos recursos dessas classes são as Políticas Sociais ligadas aos setores de saúde, educação, habitação e outros, que, mesmo existindo, tentam resistir ao sucateamento do poder público. Em consequência dessas transformações, a qualidade de vida da população em geral, e especificamente dos idosos, está decaindo. Esse agravamento que está acontecendo no Brasil se deve ao grande aumento da população idosa, o que leva a crer que a questão social do idoso

deveria merecer, cada vez mais, o interesse dos órgãos públicos, dos formuladores das políticas sociais e da sociedade em geral, dado ao volume crescente deste segmento populacional, seu ritmo de crescimento e suas características demográficas, econômicas e sociais.

Diante de uma realidade onde o número de idosos é perceptivelmente grande, não podemos deixar de salientar a situação de vida do idoso na sociedade moderna, onde seu número crescente agrava a questão social e há um enorme descaso por parte dos governantes quanto às políticas sociais e de assistência. Além disso, vivemos numa sociedade onde o livre mercado e a produtividade é o ápice da modernidade contribuindo para que haja um incentivo permanente ao projeto individual de vida, deixando à margem, o idoso que já não produz mais para o mercado.

Com relação à Terceira Idade, observamos que o Poder Público Federal só começou se envolver com seus problemas na década de 70, época em que houve um agravamento da pobreza e da desigualdade social no país. Essa situação afetou aqueles que tinham responsabilidade direta sobre os idosos: a família, as instituições (públicas e/ou privadas) e o Estado. O Estado, principalmente porque os idosos estavam ocupando muitos leitos nos hospitais ligados à Previdência. Além disso, foram desenvolvidas diversas ações visando despertar o Governo Federal e a sociedade em geral para essa questão da terceira idade, que até então, não despertava nenhuma forma de consciência nacional.

Desde esta década, eram poucas as pessoas que se interessavam pela questão do envelhecimento e normalmente se pensava que a família deveria cuidar do seu “velho” como podia. Até mesmo, a palavra “idoso” era usada com sentido depreciativo, significando pouco valor, carência e dependência.

Na ocasião, o então Ministro Nascimento e Silva, convidou Marcelo Antônio Salgado para coordenar a execução de uma série de ações destinadas a despertarem a

consciência nacional para a questão do aumento do envelhecimento populacional no país. Com esse objetivo, foram realizados três Seminários Regionais que ocorreram em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, e um Seminário Nacional em Brasília. Desses Seminários, resultaram as diretrizes para a Política Social voltada às questões sociais da terceira idade. Dentre as diretrizes apresentadas ao governo, destacam-se as seguintes:

- a) Quanto ao grau de prioridade na política social – o atendimento ao idoso deveria integrar o elenco de programas prioritários destacados à época no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento); e
- b) Quanto à operacionalização da política social para o idoso, foram consideradas entre outros: o diagnóstico social, a prestação de assistência e à capacitação de recursos humanos.

Com relação as recomendações relacionadas com a formação de recursos humanos, de caráter interdisciplinar e interinstitucional, nos três níveis de ensino, estas deveriam apoiar-se na:

- a) Participação de órgãos governamentais;
- b) Participação das Universidades;
- c) Mobilização de recursos comunitários e entidades de classe, associações culturais e científicas; e
- d) Programas de treinamento dos órgãos vinculados ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Nesse mesmo ano de 1976, paralelamente aos seminários, ocorreu uma ação comunitária de conscientização da população para melhor atendimento ao idoso. As ações

foram desenvolvidas através de jornais, rádio, e programas de televisão, envolvendo técnicos leigos e instituições públicas e privadas.

A partir dessa movimentação, a Secretaria do Bem-Estar Social (SAS), o já extinto Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), realizaram estudos visando à elaboração de um Programa que atendesse tanto o idoso enfermo como também toda clientela idosa previdenciária.

Em 1978, após as providências necessárias, e por determinação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), foi implantado o Programa de Assistência aos Idosos (PAI), de âmbito nacional, cabendo ao ex-INPS, a coordenação e execução do programa. Este programa era desenvolvido de duas formas: diretamente, através do INPS, ou pelo atendimento indireto, por meios de convênios com instituições especializadas (asilos). Nesse primeiro caso, foi criado um projeto para desenvolver trabalhos com idoso através de Grupos de Convivência, nas comunidades. No segundo caso, os critérios para internamento eram o desgaste físico e mental impossibilitando a auto-suficiência, carência de recursos financeiros do idoso ou da família, inexistência da família ou abandono por parte da mesma.

Em 1979, quando a Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA) passa a fazer parte do recém-criado Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), incorpora o Programa FUNRURAL e o atendimento ao idoso e ao excepcional, procedentes do INPS. Então, o Programa de Assistência aos idosos passou a constituir a Programação ALFA da Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA), (Portaria MPAS nº 25/79 PAI).

Assim, as Portarias nº 73/80 e LBA/Proj. ALFA nº 01/80, regulamentaram e disciplinaram a prestação da assistência social ao idoso na LBA. As referidas Portarias determinaram que a assistência social devia, sempre que possível, ser feita de forma global, abrangendo os aspectos biopsicosociais dos idosos, cabendo a LBA desenvolvê-la. Também

determinavam que a LBA deveria estabelecer os critérios de elegibilidade da clientela e condições de atendimento, bem como as faixas de rendimento familiar.

A partir daí, o coordenador geral da Programação ALFA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/LBA – Previdência nº 73/80 de 26-03-80, expediu normas disciplinando a execução da assistência social ao idoso, em nível nacional.

Em síntese, Nuernberg e Cysne (1979) se referem ao Programa de Assistência ao Idoso, em nível nacional, dizendo que o mesmo abrangia naquele momento, aspectos biopsicosociais, obedecendo a programas relacionados com:

- a) Preservação da saúde;
- b) Vida familiar;
- c) Atividades recreativas; e
- d) Atividades culturais.

Esses programas objetivavam:

- a) Melhoria das condições biopsicosociais do idoso, através do atendimento direto à clientela;
- b) Atuação na comunidade, enfatizando a aceitação, amparo e valorização do idoso no ambiente familiar e na vida comunitária;
- c) Participação ativa do idoso na vida familiar e comunitária;
- d) Melhoria das condições de bem estar social do idoso, através da utilização de recursos da FLBA e da comunidade em ação integrada;
- e) Mobilização e capacitação de voluntários para o desenvolvimento de programas com idosos na própria comunidade, bem como a assessoria aos grupos voluntários existentes; e
- f) Internação custodial de idosos em instituições especializadas.

O programa ALFA da FLBA, abordava ainda aspectos preventivos e curativos e foi implantado em todos os estados do Brasil sendo incluído entre aqueles de caráter prioritário por parte da FLBA. Este passou a ser o órgão oficial encarregado das Políticas Sociais voltadas às pessoas idosas do Brasil, e como tal, passou a coordenar o treinamento de pessoal voluntário na área de atendimento ao idoso, conforme acrescentam Nuerberg e Cysne (1979).

Em 1988 é promulgada a nova Constituição Federal, que representa um marco na história do reconhecimento dos direitos humanos e sociais do país. Esta preconiza, em seu artigo 230, que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e seu bem-estar e, garantindo-lhes o direito à vida”. Assim, a Assistência Social é colocada no tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência.

Em 1988/1989, é também apresentado ao Congresso, pelo Deputado Raimundo de Bezerra, o projeto nº 3.099/89, que propunha a implantação da Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS - aprovado no dia 07 de dezembro de 1993, através da Lei 8.742, pelo Presidente Itamar Franco.

Oliveira (1996) destaca que a LOAS tem o objetivo de proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice tendo como princípio o respeito à dignidade do cidadão, oportunizando-lhe um atendimento com qualidade e sem discriminação.

A LOAS regulamenta o capítulo II da Seguridade Social da Constituição Federal, que garantiu à Assistência Social, o status de política pública de seguridade social, direito do cidadão e dever do Estado, devendo ultrapassar a prática assistencialista, pois garante o direito do cidadão e o dever do Estado para com ele, mas apresenta-se muito restritiva, pois acaba privilegiando somente a miserabilidade. Assim entende-se pelo que diz em seu artigo V: “a

garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

O controle dessa política e sua definição devem se dar de forma descentralizada, com a participação da população através da formação de Conselhos, que se constituirão de forma paritária, em nível federal, estadual e municipal. Cada Estado deverá criar o seu Conselho Estadual do Idoso (CEI) e os municípios, Conselhos Municipais de Idosos (CMI).

Com a LOAS, também foi iniciado o processo de descentralização da Assistência Social, através da criação dos Fundos de Assistência Social, em nível nacional, estadual e municipal, e a criação dos Conselhos em nível nacional, estadual e municipal de Assistência Social, assim denominados: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), e Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

A mobilização de órgãos governamentais e da sociedade civil, fez com que o Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Assistência Social, implementasse a Política Nacional do Idoso (PNI), pela Lei 8842, de 04 de janeiro de 1994, “que tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade”, conforme cap. I, art. 1º. Em seguida, a Secretaria de Assistência Social (SAS), consolidou parcerias com Organizações Governamentais e não Governamentais para que as diretrizes da SAS, de sua política de ação, fossem dirigidas pelo Plano de Ação Governamental Integrado para o desenvolvimento da Política Nacional do Idoso PAG-PNI, que norteia as ações de forma descentralizada, e se desenvolve por intermédio de órgãos setoriais nos estados e municípios em parceria com as Organizações Governamentais e não Governamentais.

Essa Lei, dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), e cria o Conselho Nacional do Idoso (CNI) e o Decreto n. 1948, de 03 de julho de 1996, a regulamenta e dá outras providências.

A referida Lei no seu artigo 6^a, afirma que os Conselhos serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, composto por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área. É de sua competência a “formulação, coordenação, supervisão e avaliação da Política Nacional do Idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas”. (Art. 7º, PNI).

Portanto, segundo a Lei n. 8.842 é importante que cada Estado e Município institua seu respectivo Conselho Estadual e Municipal do Idoso, descentralizando-as e facilitando o acesso da população idosa aos benefícios previstos nessa Lei. Esta representa um grande passo no sentido de reconhecer a importância desse segmento da população, e tem sido reconhecida pela sociedade civil, como uma das mais avançadas do mundo, pois permitiu que o país tivesse a oportunidade de considerar a questão do envelhecimento dentro da ótica de uma legislação específica, que visa a garantia dos direitos dos idosos, a criação de condições dignas para promover sua autonomia e a integração na sociedade.

Mesmo que as ações expressas na Política Nacional do Idoso não atendam a todas as necessidades desta população, o importante é que elas servirão de estímulo para outros projetos que deverão alcançar outras necessidades, buscando a melhoria da qualidade de vida e a integração social do idoso.

Sendo assim, a política social para a terceira idade precisa unir esforços do poder público e da iniciativa privada, para juntos estabelecerem objetivos, estratégias, priorizar metas a curto, a médio e longo prazo. Racionalizar os recursos físicos, materiais, econômicos e humanos, desenvolvendo um sistema de interajuda, complementariedade e integração.

Para uma política social ser eficaz, ela deve:

- a) Garantir os direitos dos idosos na família e na sociedade;
- b) Integrar ou reintegrar a pessoa no seu ambiente sócio familiar;
- c) Atender às necessidades fundamentais do ser humano como saúde, educação, habitação, transporte, lazer, aceitação e participação,
- d) Exercício pleno da cidadania;
- e) Ação previdenciária adequada – real seguridade social;
- f) Promover a melhoria da qualidade de vida, retardando o envelhecimento;
- g) Proporcionar a longevidade com qualidade,
- h) Oferecer condições de realização, alegria e bem-estar; e
- i) Criar programas de ação preventiva, terapêutica e até de reabilitação.

Em cada região, estado e municípios estes programas e projetos acontecem de forma diferenciada. Assim, pretendemos, no próximo item situar as ações desenvolvidas no estado de Santa Catarina e no município de Florianópolis.

1.4 As Ações voltadas para a Política do Envelhecimento em Santa Catarina e em Florianópolis

Em Santa Catarina, também na década de 70, as questões da terceira idade passaram a chamar atenção do poder público e da sociedade em geral.

Muitos encontros, com o apoio de instituições privadas, visando à mobilização de lideranças e a formação da consciência gerontológica, formaram uma nova mentalidade sobre o idoso. A partir daí, o idoso passa a ser visto não como um ser frágil e dependente do assistencialismo, e sim a ser reconhecido como um cidadão que tem o direito a um programa

de assistência social digno, que reconheça o seu valor e possibilite a sua integração social, estimulando o pleno desenvolvimento de suas capacidades biológicas, psicológicas e sociais.

Com a criação do Conselho Estadual do Idoso – CEI (Anexo A), surge um novo despertar da sociedade e das instituições sobre a questão do idoso em Santa Catarina, criam-se novas estratégias de trabalho, implantação de grupos de Convivência, Associativismo de Aposentados e Pensionistas; criação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade – NETI; mobilização de órgãos governamentais e estaduais de Saúde, Previdência e Promoção Social.

Em 1986, realizou-se o I Seminário de Política Social do Idoso em Santa Catarina, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado, que traçou propostas de conscientização, legislação, ação social, cultural, lazer, saúde e educação. Essa mobilização, culminou com a aprovação do Conselho Estadual do Idoso (CEI), a partir da Lei nº 8072, de setembro de 1990, com nova redação dada pela Lei nº 8320, de 05 de setembro de 1991.

O CEI está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social Urbano e Meio Ambiente e, é o articulador das Políticas Sociais para o idoso, através das Comissões Regionais e Municipais. É um órgão deliberativo, não executando por si só as políticas para a terceira idade.

Esse Conselho, iniciou suas atividades um ano após a sua criação. É um órgão público sem personalidade jurídica, composto por instituições representativas do poder público e da sociedade civil, e desenvolve atividades em todo o Estado, entre elas, a realização de seminários regionais, pesquisas de campo, visando reconhecer projetos de atendimento ao idoso, apoio técnico-financeiro em termos de capacitação de pessoal, defesa de direitos e interesses da terceira idade, participação em Congressos, Seminários e Simpósios, formação de estudos sobre a questão do idoso, divulgação de documentos técnicos e elaboração de informativos. Também busca implementar políticas voltadas para a terceira

idade, junto a órgãos públicos e privados, sendo responsável também por estas em todo o estado.

Sua atuação dá-se através das Comissões Regionais que trabalham para implantar as Comissões Municipais. Apesar do trabalho das Comissões Regionais, há poucos municípios que formaram Comissões Municipais.

Com a aprovação, pelo Estado, do documento “Políticas para a Terceira Idade em Santa Catarina”, houve um grande incentivo à organização de programas e serviços na área do idoso em todas as regiões do Estado. Foram pioneiros neste empreendimento, o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), o Serviço Social do Comércio (SESC), a ex-Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Ação Social Arquidiocesana (ASA), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com a criação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com a criação do Grupo de Estudos da Terceira Idade (GETI), e outras instituições, assim como entidades religiosas, associações comunitárias e de bairros, Prefeituras Municipais, clubes de serviços e órgãos estaduais e municipais. As ações desses órgãos foram e ainda são voltadas no sentido de incentivar a criação e desenvolvimento de Grupos de Convivência, com o objetivo de evitar o asilamento. Esta prática de Grupos de Convivência, tem muito êxito junto aos idosos, havendo uma grande participação destes.

Com a criação do CEI, as Políticas dirigidas à Terceira Idade no Estado de Santa Catarina, sofreram avanços, embora deixem a desejar quanto ao seu cumprimento. É preciso sensibilizar os idosos com relação aos seus direitos e a necessidade de participação social, para que sejam mais valorizados, tornando-se atores e autores de suas próprias histórias.

Já em Florianópolis, o Programa de Assistência ao Idoso (PAI), foi implementado em 1975, através do Centro de Serviço Social do ex-INPS. A execução desse programa, ficou

a cargo da Programação Alfa da Fundação Legião Brasileira de Assistência a partir de 78, quando da implementação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), sob a Lei nº 6439, cujas atribuições eram as seguintes: concessão e manutenção de benefícios e prestação de serviços; custeio de atividades e programas; gestão administrativa, financeira e patrimonial. E assim portanto, a LBA passou a ser o órgão encarregado da política social em favor das pessoas idosas carentes de recursos, filiados ou não à Previdência Social.

Em 1978, foi realizado um programa de capacitação de voluntários, técnicos e dirigentes de entidades para motivar lideranças de estado envolvendo entidades governamentais e não-governamentais para atendimento aos idosos.

Segundo Nuernberg e Cysne (1979), o referido Programa encontrou respaldo na Prefeitura de Florianópolis, através do Programa de Ação Comunitária, que tinha por objetivo tornar-se instrumento de integração comunitária e elevação dos níveis sociais e econômicos.

Um dos aspectos importantes da intervenção estratégica da Política Municipal da Ação Comunitária no Município de Florianópolis, se refere à criação, estímulo e orientação de Conselhos Comunitários.

Para executar a Política Municipal de Ação Comunitária, o município deu ênfase a implantação de programas gerenciados pelos Conselhos Comunitários. O trabalho iniciou-se na localidade de Ribeirão da Ilha.

Percebemos portanto, que já na década de setenta, por ocasião da implantação desse Projeto, já havia a preocupação pela promoção social do idoso e sua integração na comunidade, falando-se também na felicidade e liberdade para eles. Após o Projeto de Promoção Social do Idoso, a Prefeitura continuou o trabalho com a Terceira Idade através do Programa de Atenção a Terceira Idade (Anexo B) que desenvolve seu trabalho nos Grupos de Convivência.

Este programa, está ligado à Secretaria de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Os recursos para viabilizar financeiramente as atividades do Programa, são recebidos do Fundo Municipal de Assistência Social. Estas atividades são coordenadas por uma equipe técnica composta por assistentes sociais, professores de educação física, instrutora de trabalhos manuais, psicóloga, estagiárias do curso de Serviço Social, tendo em vista que o programa serve de campo de estágio para o referido curso.

Atualmente, o Programa acompanha vários Grupos de Convivência, congregando cerca de seiscentos idosos, distribuídos em diversas localidades do município. E seu objetivo é “proporcionar à população idosa de Florianópolis atenção à saúde, espaços de convívio, aprendizagem e lazer, contribuindo para a conscientização, estimulando o idoso a participar de todas as etapas de sua vida enquanto cidadão”. (Anexo B)

O referido Programa, gerencia ações visando a melhoria da qualidade de vida da população idosa de Florianópolis, através dos seguintes projetos:

- a) Organização e dinamização de Grupos de Convivência para a terceira Idade;
- b) Apoio e Organização às Práticas Culturais e de Lazer para a Terceira Idade;
- c) Capacitação de Voluntários que atuam junto aos Grupos de Convivência;
- d) Vivendo e Aprendendo (Alfabetização para a Terceira idade);
- e) Auxílio Suplementar ao Idoso de Florianópolis;
- f) Cartilha: Idoso: Cidadão de Direitos; e
- g) Tarde Educativa (este é considerado o melhor de todos, não só pelos idosos, como também, pelos conhecedores da área).

Na perspectiva de assegurar os direitos sociais do idoso e criar condições de promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, foi formada a Comissão Provisória Pró Conselho, onde a Prefeita Ângela Regina Heinzen Amin Helou,

assinou a Lei Municipal nº 5371/98 que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso e cria o Conselho Municipal do Idoso – CMI (Anexo C) , seguindo as diretrizes e princípios da Política Nacional do Idoso. Este se constitui em mais um espaço de reivindicações e luta pelos direitos dos idosos de Florianópolis.

Nos conselhos municipais se processam demandas, se pactuam interesses voltados aos idosos e, principalmente a garantia dos direitos. Têm o papel fundamental de formar, coordenar, supervisionar e avaliar políticas de atendimento, e no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.

Na análise do processo de descentralização do poder público, os fóruns são de vital importância quando se transformam em espaços legítimos de representação e negociação. Por isso, eles devem ser flexíveis e participativos, envolvendo continuamente negociação entre os usuários e os demais interlocutores.

O CMI enquanto natureza consultiva, deve emitir pareceres sobre todas as consultas que a ele forem dirigidas; quanto a sua natureza deliberativa, tem poder de decisão própria; quanto a natureza normativa, deverá expedir resoluções, reformular e definir prioridades nesta área; e quanto a natureza fiscalizadora, tem como competência fiscalizar e controlar as entidades e os programas governamentais, bem como as Políticas Públicas de atenção ao Idoso, no âmbito municipal.

Com todas essas competências Raicheles (1998, p. 49), afirma que os Conselhos representam um “canal viabilizador do chamado Estado Democrático”, que se definem como instrumentos de participação da sociedade civil no controle e gestão das políticas sociais.

Stein (1997, p. 15), vem corroborar com essa idéia, quando diz que: “Os Conselhos revelam-se, por conseguinte, como um espaço público capaz de expressar diferentes interesses, do governo e da sociedade, e, como tal, os valores circulam, as opiniões se formam no seu interior. Dessa forma, acontece a construção de novos espaços públicos”.

Portanto, a criação e o fortalecimento dos conselhos não podem ser desprezados, pois pressupõe a sistematização das decisões políticas a serem tomadas; a condução digna dos planos e programas; o acompanhamento sistemático da sua execução e aplicação financeira; a colaboração com propostas e sugestões, visando aperfeiçoá-los e promover a articulação com os demais conselhos setoriais.

Sendo assim, os projetos e os programas criados para a terceira idade, têm a finalidade de promover o melhor desenvolvimento bio-psico-social do idoso, bem como, oportunizar ao mesmo, uma melhor qualidade de vida, e conseqüentemente uma ampliação no seu nível de consciência social.

A partir dessa compreensão, caminharemos para o próximo capítulo, no sentido de descrevermos nossa vivência junto às pessoas que buscam o resignificado da vida, através da participação no Núcleo de Estudos da Terceira Idade, nosso campo de estágio.

2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE COMPREENSIVA DA PRÁXIS

2.1 NETI sua História e seus Programas

O NETI, é um órgão criado e vinculado à Pró Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, que teve como primeiras coordenadoras, as professoras Neusa Mendes Guedes, do Departamento de Serviço Social e Lúcia H. Takase Gonçalves, do Departamento de Enfermagem. (Anexo D).

O NETI foi criado em 1982 e oficializado através da portaria nº 484/GR/83, de três de agosto de 1983 e, é responsável pelo planejamento, coordenação, execução e avaliação de programas voltados para a Terceira Idade.

O Núcleo emerge devido a inúmeros esforços de pessoas interessadas na questão do idoso. Por meio de sua estrutura, propõe, o incentivo a inserção do idoso, preocupando-se na constituição do papel social que muitas vezes é esquecido pela sociedade, valorizando-o.

Dentro deste princípio, a partir de 1984 foram iniciadas suas primeiras atividades de educação permanente com a realização de um curso sobre o folclore da Ilha de Santa Catarina. Em 1986 foram desenvolvidos cursos de extensão, que tiveram grande aceitação por parte da comunidade; a experiência teve continuidade em 1987 e 1988. Já em 1989 uma nova modalidade foi realizada; a proposta objetivava conhecer o interesse e disponibilidade do idoso por atividades de educação continuada, já com algum comprometimento com a questão da velhice.

A criação do NETI foi uma experiência pioneira entre as universidades, colaborando por parte do sistema educacional, mais especificamente por um estabelecimento de ensino de terceiro grau, na construção de um modelo brasileiro de intervenção do atendimento ao idoso.

Sendo a universidade um centro de saber por excelência, e uma instituição que acolhe todas as classes sociais, é, sem dúvida, a mais indicada para conscientizar a sociedade, mobilizar entidades para atuação conjunta, elaborar projetos e desenvolver programas, visando a promoção do cidadão idoso e, conseqüentemente, a população idosa.

A Universidade Federal de Santa Catarina, criando o NETI, abriu espaço para que questões gerontológicas pudessem ser trabalhadas por todas as áreas do conhecimento humano.

Assim, o NETI realiza atividades de extensão universitária, envolvendo a comunidade em programações variadas: cursos, palestras, atividades de lazer e outras. Este programa de extensão, tem como objetivos:

- a) Ampliar e sistematizar o conhecimento da gerontologia;
- b) Formar recursos humanos nos diversos níveis;
- c) Manter atividades interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão;
- d) Divulgar e desenvolver ações institucionais e interinstitucionais;
- e) Assessorar entidades na organização de programas de valorização do idoso; e
- f) Oferecer subsídios para uma política de resgate do papel do idoso na sociedade brasileira.

Atualmente o NETI dispõe de um grupo de apoio permanente, com larga experiência na organização de atividades com idosos, formado por uma equipe multidisciplinar de profissionais, especializados em vários ramos do conhecimento humano: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, enfermeiros, professores aposentados da UFSC, como também por idosos, voluntários e estagiários de cursos de graduação, pós-graduação, mestrado.

E para a realização de suas atividades, o NETI tem o apoio de diversos órgãos da UFSC, que lhe cedem os espaços físicos, quando necessário, pois mesmo após vinte e um anos de existência, ainda não possui espaço próprio e suficiente para atender a grande demanda de pessoas da Terceira Idade.

Em sua proposta de ação, o NETI preocupa-se em levar os idosos a ocuparem o espaço a quem têm direito na sociedade, valorizando-os e motivando-os à participação. Busca também, realizar ações preventivas, favorecendo o surgimento de aptidões e qualidades adormecidas ou bloqueadas.

Estas ações são desenvolvidas, tendo como fundamento, os seguintes princípios:

- a) Visão do homem como ser que se realiza no mundo;
- b) O homem tem possibilidade de aprender durante toda a sua existência;
- c) A valorização da pessoa idosa se concretiza no reconhecimento do seu potencial e no incentivo ao seu engajamento responsável e participativo na sociedade; e
- d) O idoso despertado para ação renovada na área gerontológica, é o agente por excelência para colaborar no equacionamento das questões sociais brasileiras.

Com tais objetivos e princípios, o NETI afirma trabalhar de modo multidisciplinar, como já citado anteriormente.

Entendemos a multidisciplinaridade conforme diz D'Amaral (1992, 1992, p. 104):

O empreendimento científico em que diversos especialistas, sem abrirem mão de sua especificidade, concorrem para a descrição de um mesmo objeto sob variados enfoques. Eles não criam valores novos, de certa forma o enriquecem, sem que, no entanto, cada uma das ciências participantes desses empreendimentos saia deles alterada na sua estrutura, nos seus métodos ou nos seus limites.

A multidisciplinaridade é tida então, como uma das características da instituição, onde programações, desenvolvimento e avaliação dos trabalhos são integrados num todo e cada especificidade se faz presente, pois multidisciplinaridade também é consciência ética e postura na ação.

Durante o período de três meses em que estagiamos nessa instituição, tivemos a oportunidade de perceber que atualmente, o NETI configura-se num conceituado centro de estudos, pois seus programas têm uma grande aceitação tanto a nível estadual, como nacional.

Achamos oportuno abrir espaço para descrevermos as atividades desenvolvidas neste núcleo:

Curso de Especialização em Gerontologia: Seu objetivo é capacitar profissionais de uma gama de carreiras que se interligam ao campo da população idosa brasileira e comprometida a responder aos desafios futuros. Sua duração é de dois semestres, com aulas semanais às sextas e sábados;

Os Avós na Universidade: Seu objetivo é evidenciar como se define atualmente o papel dos avós, na ótica de uma multiplicidade de aspectos que se relacionam a si mesmos, ao tempo e aos outros. Sua duração é de três semestres, com uma aula semanal;

Contadores de Histórias: Seu objetivo é capacitar os alunos com habilidades necessárias para tornar-se um contador de histórias. Sua duração é de dois semestres com um encontro semanal;

Inglês: Seu objetivo é proporcionar às pessoas de terceira idade a aprendizagem de expressões e estruturas básicas de inglês. Sua duração é de dois semestres, com duas aulas semanais;

Grupo de Crescimento Pessoal I: Seu objetivo é reunir pessoas para crescerem juntas; o idoso trabalha seus problemas existenciais, procurando descobrir sua própria maneira de construir soluções. Sua duração é de dois semestres, com duas aulas semanais;

Grupo de Crescimento Pessoal II: Seu objetivo é ampliar o desenvolvimento do Crescimento I, dentro de uma visão holística. Sua duração é de quatro semestres, com um encontro semanal.

Grupo de Crescimento Pessoal III: Seu objetivo é estimular e apoiar os seus componentes a iniciativa na proposição e desenvolvimento de projetos informais para a melhoria do grupo. Sua duração é de dois semestres;

Grupos de Encontro: Seu objetivo é acentuar o desenvolvimento pessoal, o aperfeiçoamento da comunicação e relações interpessoais, através de um processo experiencial; visa também fortalecer os laços afetivos, estabelecer novos laços e encorajar novas experiências sociais. Sua duração é de um semestre, com um encontro por semana;

Grupo de Estudos e Interações Humanas: Seu objetivo é aprofundar conhecimentos sobre o processo das interações humanas, visando a adaptação satisfatória do aluno, através de mudanças comportamentais e de relacionamento. Sua duração é de um semestre, com um encontro semanal.

Grupo de Convivência 5 de Maio: Seu objetivo é possibilitar o desenvolvimento da autonomia, conscientizando o idoso do seu valor de pessoa na vida, no grupo, na família e na comunidade. Não existe um período pré-determinado para a permanência no grupo;

Intercâmbio Comunitário em Gerontologia: Seu objetivo é contribuir na implantação de programas gerontológicos nas prefeituras que acatarem o programa. Específico para egressos do Curso de Capacitação de Monitores da Ação Gerontológica – CFMAG.

Enquanto processo de intervenção, estivemos vinculados ao Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, cuja experiência, será objeto de análise no próximo item.

2.2 O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica

O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, teve início em março de 1990, e foi aprovado através do parecer nº028/CEPE/90. Tem como objetivo promover o desenvolvimento, a integração social e comunitária das pessoas da terceira idade, através da qualificação, estimulando a criação de novos conhecimentos. Ou seja, preparar pessoas com mais de sessenta anos, para que possam engajar-se em trabalho comunitário na ação gerontológica na Grande Florianópolis, capacitando-os também a planejar e executar programas voltados à Terceira Idade. (Anexo E)

Para tanto, se faz necessário um embasamento teórico-prático que se desenvolve no curso, cuja duração é de três anos, divididos em seis semestres consecutivos, distribuídos em dois dias por semana.

Desse modo, a grade curricular está assim constituída:

Gerontologia: disciplina básica para a compreensão da ação no campo da gerontologia. Seu conteúdo será integralizado com visão interdisciplinar e deverá se difundir e aprofundar em todas as disciplinas que compõe o curso;

Psicologia: permite reflexões sobre a forma de conhecimento psicológico. Contato com linhas de pensamento, que ofereçam subsídios teóricos sobre transformações psíquicas na terceira idade. Auxilia também na capacitação pessoal e profissional dos alunos que pretendem atuar em gerontologia;

Filosofia: seu significado. Sua importância para o estudo e a vida na relação com a ciência. Principais correntes e pensamentos que envolvem a dimensão humana ética e antropológica. E a filosofia como significado para o mundo real e sua realidade;

Antropologia: iniciação na antropologia, privilegiando a questão da terceira como construção cultural, nos aspectos referentes à cultura, à família e às instituições.

Instrumentalização para pesquisar e executar trabalhos práticos-científicos, baseados na memória e histórias de vida;

Noções de Saúde: objetiva rever tópicos relevantes e de interesse da classe, relativos à prática de saúde e cuidados dos alunos maduros e idosos. Rever e discutir os próprios comportamentos de saúde com responsabilidade própria, como membro de uma família e sociedade, e como futuro monitor da ação gerontológica;

Direito: informações que permitem sanar dúvidas e aumentar a compreensão da legislação inerente à vida do ser humano, ressaltando artigos da terceira idade.

Sociologia aplicada a Gerontologia: contextualização da sociologia, sua necessidade e importância para compreensão da criação, organização e transformação da sociedade humana e, em especial, nas concernentes à problemática da terceira idade;

Dinâmica de Grupo I: organização de grupo, composição, tarefa, posição, papéis e metas. Motivação individual e metas de grupo. Coesão moral e de grupo;

Dinâmica de Grupo II: percepção social – processos de inclusão e controle de grupo. Etapas do afeto. Liderança e comunicação no grupo. Cultura e clima grupal;

Estágio supervisionado: visa oportunizar situações que permitam aplicar o conhecimento adquirido referente à terceira idade, na realidade social em que vive, desenvolvendo assim, seu papel multiplicador e contribuindo para o reconhecimento do idoso nas instituições sociais, ou seja, é hora de transpor para a prática, o que se aprendeu na prática;

Metodologia da Ação Gerontológica: conhecimento, análise e prática que permite: reinar as habilidades específicas do papel do motivador, escolha de métodos e técnicas específicas para valorizar o potencial das pessoas de terceira idade; e

Ação Comunitária: tem como objetivo, oportunizar informações e situações que possibilitem aos alunos aprendizagem dos conteúdos de planejamento social, propiciando

uma criação reflexiva e participativa. A capacitação instrumental técnica que os levará a transformar a situação junto à realidade social e propriamente a elaboração de planos, projetos e programas de ação comunitária com enfoques gerontológicos.

Estas duas últimas citadas, foram por nós acompanhadas e vivenciadas, e posteriormente serão enfocadas mais especificamente.

Com um currículo assim formado, fica muito evidente que o NETI e mais especificamente, o Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, tem-se preocupado com a educação permanente dos que por ali passam, pois este é um processo que se inicia logo após o nascimento e se estende por toda a vida. Caracteriza-se também por todas as experiências que vivenciamos durante nossa existência e possibilita o desenvolvimento de novos conhecimentos e novas competências.

Nas suas reflexões sobre educação, Freire (1974), salienta a importância da educação permanente. Segundo ele, o caráter inacabado dos homens e o tipo evolutivo da realidade exigem que a educação seja uma atividade contínua, pois tanto os homens, como a realidade em que vivem, são incompletos.

Sobre esta inconclusão dos homens, Freire (1974, p.84) afirma:

Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que têm dela. Daí que seja a educação um que fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.

É devido a importância da educação permanente no desenvolvimento das pessoas, que os idosos precisam continuar se sentindo pertencentes ao processo histórico, não só em benefício próprio, mas como o de toda a sociedade, buscando sempre atualizar-se intelectual, social e culturalmente.

Sobre este aspecto, Freire (1977, p. 69) assim se expressa:

O papel do estudante, já não é monopólio do jovem. É também desempenhado pelo idoso. A universidade já não é monopólio da juventude ávida de saber: está crescentemente aberta ao idoso, também ele ávido de renovar o seu saber, de atualizar seus conhecimentos, de refrescar sua inteligência, à base de sua mais longa vivência, largo tempo livre de estudos, para pesquisas, para meditações, de quase certo valor para suas comunidades, para suas culturas nacionais, em particular, e para a cultura humana, em geral.

E foi junto a estas pessoas, estudantes da terceira idade, que tivemos a oportunidade de vivenciar uma experiência enriquecedora e inesquecível, que nos possibilitou crescer como pessoa e profissional, através de um relacionamento afetivo, carinhoso e de exemplo de valorização de vida. Podendo assim, perceber a importância do serviço social, junto a essas pessoas.

Dessa forma, percebe-se que o estágio está vinculado ao constante aperfeiçoamento, que se dá através da relação entre teoria e prática, inerentes à profissão de Serviço Social, almejando o melhor desempenho nesse processo de estágio, traçamos objetivos como: conhecer a realidade da instituição, entender melhor os conceitos de gerontologia, e mais especificamente, a intervenção do profissional de Serviço Social frente ao Curso de Monitores.

Por entender que o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral e não apenas aos cidadãos que atingem os 60 anos de idade, e por ser ele o principal sujeito de transformações a serem efetivadas através das políticas públicas de atendimento, é que resolvemos investir e aprofundar nossos conhecimentos acadêmicos com a Terceira Idade.

Ao iniciarmos nosso estágio no NETI, em setembro de 2002, tomamos conhecimento, através de um estudo da instituição, de todas as atividades por esta desenvolvida e oferecidas à Terceira Idade. Entre as atividades uma nos chamou mais a atenção: Contadores de Histórias, mas esta era coordenada por uma pedagoga, e precisávamos

do acompanhamento in loco de Serviço Social. Então elegemos o Curso de Capacitação Formação de Monitores da Ação Gerontológica, para acompanhar a vivência dos idosos.

Procuramo-nos aprofundar mais no conhecimento da proposta do curso, através de conversas com a coordenadora do NETI e do curso, funcionários, idosos pertencentes ou não ao curso, e outros profissionais de áreas distintas que também atuam no curso e na instituição, e leituras de documentos referentes ao mesmo. O conteúdo e os objetivos do curso despertaram nosso interesse em atuar mais diretamente com os alunos, mesmo porque, a coordenadora do curso assim sugeriu.

Devido a nossa curta permanência na instituição, foi-nos sugerido também, acompanhar somente uma turma, para apreender com efetividade o objeto de atuação. E novamente por sugestão, a 5ª fase foi a escolhida, pois é nessa fase que os alunos necessitam de maior acompanhamento do Serviço Social, pois estarão se preparando para a próxima etapa do curso, que é o estágio supervisionado, onde estes precisam colocar em prática o que aprenderam teoricamente, e então orientá-los nas possíveis dificuldades, acompanhando, desse modo, esse momento tão importante e decisivo. A partir daí procuramo-nos aprofundar sobre o tema, através de leituras que confirmaram nossa motivação em trabalhar com pessoas idosas. Na nossa compreensão, elas são o arquivo vivo da nossa história, por trazerem, em sua bagagem de vida, uma riqueza em experiência e sabedoria.

Sendo assim, começamos a freqüentar as aulas de Ação Comunitária, ministradas por uma assistente social e coordenadora do curso, todas as segundas-feiras; e as aulas de Metodologia da Ação Gerontológica, ministradas por uma pedagoga, que aconteciam nas quartas-feiras. Ambos os programas dessas disciplinas estarão no Anexo F.

Nosso primeiro contato com os idosos ocorreu no dia 23 de setembro de 2002, na aula de Ação Comunitária, onde os alunos foram cientificados de nosso trabalho e esclarecidos os motivos e a intenção de nossa atuação junto ao curso.

Já iniciando o processo de socialização, nos apresentamos e colocamos nossas expectativas e ansiedades.

Logo percebemos, que a partir do diálogo, com essas pessoas, teríamos elementos para uma atuação, no sentido de buscar a compreensão da existência humana. Mesmo porque a importância do diálogo constitui-se numa atitude de acolhimento, de compreensão, de encontro, de saber ouvir, pois conforme afirma Rogers (1983, p. 06) :

Quando efetivamente ouço uma pessoa e os seus significados que lhe são importantes, naquele momento, ouvindo ou não suas palavras, mas ela mesma, e quando lhe demonstro que ouvi seus significados pessoais e íntimos, muitas coisas acontecem. Há, em primeiro lugar, um olhar agradecido. Ela se sente aliviada. Quer falar mais sobre seu mundo. Sente-se impelida em direção a um novo sentido de liberdade. Torna-se mais aberta ao processo de mudança.

Logo, à partir desse primeiro dia de aula, passamos a acompanhar os alunos, orientando-os nas possíveis dificuldades, estabelecendo com os mesmos uma relação de ajuda, onde atuamos no sentido de valorizá-los como pessoas, incentivando-os na busca da transformação, pois conforme Castro (1985, p. 19): “A relação de ajuda visa tornar o sujeito o construtor de sua própria transformação, através desta experiência compartilhada”.

Aliada a esta compreensão, nos intervalos e outros momentos, procurávamos os alunos, utilizando sempre o diálogo, buscando com os mesmos, num processo de ação-reflexão, a conscientização da importância da sua participação no curso. Tínhamos também a oportunidade de maior aproximação com essas pessoas e procurávamos conhecer melhor sua história de vida, proporcionando uma abertura para que as mesmas expusessem seus sentimentos.

Para além, utilizamos a observação participante, que segundo Gil (1989, p. 128), “[...] se chega ao conhecimento da vida de grupo, a partir do interior dele mesmo”, que

tivemos a oportunidade de testemunhar momentos que nos ofereceram subsídios para percebermos o significado da participação na terceira idade para estas pessoas.

Acompanhando os diversos temas propostos, por ambas disciplinas, dentre eles: participação, liderança, trabalho em grupo, voluntariado, educação permanente, respeito, auto-estima, sintonia, motivação..., percebemos que algumas pessoas vêem a terceira idade de maneira positiva e outras já a percebem como algo negativo. Umas parecem ignorá-la e ou negá-la, e outras a exaltam e vivem esta etapa com satisfação e vontade de viver.

Assim, esses momentos em sala de aula permitiram-nos conhecer um pouco mais cada aluno, suas preocupações, suas necessidades, anseios, temores e até suas carências.

Percebemos também, que aos poucos, essas pessoas passaram a nos procurar para conversar. No início, ficavam um pouco constrangidas, pediam apenas informações. Gradativamente, foi-se estabelecendo uma relação de confiança, possibilitando que nos expusessem suas histórias de vida, numa busca de compreensão de sua existência, onde percebemos a importância do Serviço Social, pois, segundo Araújo (apud Castro, 1985, p.14), “o ponto de partida da intervenção do Serviço Social também é o homem em seu modo de existir. Para tanto, o assistente social empenha-se em compreender o sentido da existência humana”. Notamos que ser compreendido tem um valor muito significativo para essas pessoas, que se sentiam aceitas na sua maneira de ser.

Para além destas questões observadas, pretendemos entender e conhecer melhor, quem é esse idoso participante do Curso de Monitores e o contexto sócio-econômico que se inserem, optamos então, por realizar uma pesquisa, tendo como instrumento de coleta de dados o questionário (Anexo G), que segundo Gil (1994, p. 124),

[...] se constitui hoje, em uma das mais importantes técnicas disponíveis para obtenção de dados nas pesquisas sociais, e é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

Este questionário foi estruturado com perguntas abertas – são aquelas em que o interrogado responde com suas próprias palavras, sem qualquer restrição; e perguntas fechadas – para as quais todas as respostas possíveis são fixadas de antemão. Gil (1989, p. 27). Este foi aplicado no dia 18 de novembro de 2002, na presença da coordenadora do curso, que cedeu um tempo de sua aula para a aplicação do mesmo. Neste dia estavam presentes vinte e sete alunos, de um total de vinte e nove, que freqüentam a 5º fase do Curso de Monitores. E os resultados do mesmo, serão objeto de análise no próximo item, tendo como categorias de análise a participação e a cidadania.

A abordagem de pesquisa utilizada no presente estudo foi de caráter quanti- qualitativa. Quantitativa, porque, durante todo o processo de coleta e de tratamento dos dados, buscou-se a precisão dos resultados, levantando-se os possíveis indicadores que pudessem garantir a veracidade dos fatos. Qualitativa, porque procuramos averiguar as singularidades, motivos, valores e peculiaridades dos sujeitos e dos fatores envolvidos na pesquisa. Porém, ao contrário do que alguns pesquisadores afirmam, os dados colhidos de forma qualitativa e quantitativa não se opõem, mas interagem e se complementam. Na tentativa de assegurar o máximo possível de veracidade e exatidão dos resultados, procurou-se mesclar as formas de mensuração, atribuindo critérios, destacando categorias, ou ainda, procurando identificar o grau de intensidade de conceitos ou costumes.

Infelizmente, não tivemos a oportunidade de ministrar nenhuma aula para essa turma, mas procuramos refletir com essas pessoas, o tempo todo, sobre a importância de transmitir os conhecimentos adquiridos no curso, incentivando-os sempre a dar continuidade ao seu projeto de vida, despertando-lhes, através da auto-descoberta, o sentimento de auto-estima e auto-realização, pois estes são fatores básicos da construção da pessoa, segundo Mosquera (1978, p. 243).

Constatamos que para essas pessoas, o curso não se caracteriza apenas como multiplicador do saber e da ação. Percebemos que provocou nas mesmas, uma abertura para o mundo, onde o sentido de ser sujeito da própria história, de ser cidadão se fez presente através de uma ação comprometida com o outro. O curso provoca o engajamento, o sentido de uma responsabilidade social comunitária. Isto então, é transformação.

Assim sendo, apresentaremos no próximo item deste trabalho, o resultado da pesquisa efetuada e análise pertinentes aos conteúdos apresentados.

2.3 Situando os Atores Sociais

Ressaltamos que a finalidade principal deste momento, é de traçar o perfil dos alunos da 5ª fase desse curso, identificar quem é este idoso, qual o contexto que está inserido e, a aplicabilidade da proposta de ação, após o término do curso, e também como se dá a intervenção do Serviço Social frente ao Curso de Capacitação de Monitores da Ação Gerontológica.

Neste primeiro momento, portanto, trabalharemos conforme introduz esse item, com os dados pessoais dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Dos 29 alunos que freqüentam esta fase, 27 responderam ao questionário. Observamos uma maior incidência do sexo feminino, com 88%, e somente 12% da representação masculina, conforme a figura:

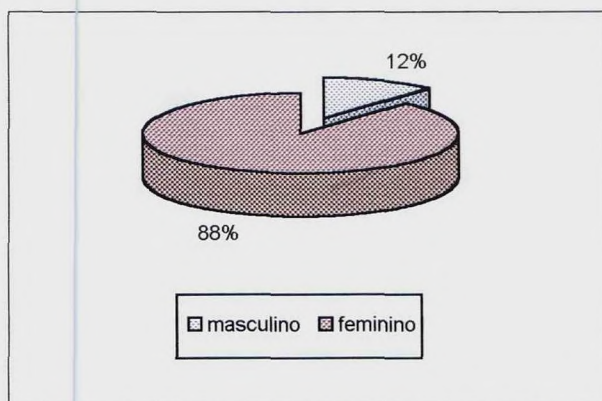


Figura 1 – Gráfico de Distribuição por Sexo

Segundo a Organização das Nações Unidas – OMS (1996), há muito tem sido superior no país, o número absoluto de mulheres idosas, quando confrontado com o número de homens de 65 anos e mais. Também essa proporção de idosas em relação à população total de mulheres tem se mantido sistematicamente superior àquela correspondente aos homens idosos.

Este diferencial por sexo dentre os idosos, e que se acentua nos últimos anos, é explicado pela diferença nos ritmos de crescimento das populações idosas femininas e masculinas. A primeira vem crescendo a um ritmo maior do que a segunda.

Este fato por sua vez, é decorrente de uma situação de mortalidade diferencial por sexo que prevalece há muito na população brasileira. Desde 1950, as mulheres têm correspondido maior esperança de vida ao nascer, ou seja, lhes tem cabido um maior número de anos por viver.

Ainda segundo a OMS (1996), em 1980 enquanto era de 59 anos a esperança de vida para os homens, as mulheres correspondiam 65 anos, ou seja, chance de viver a mais do que os homens. Em 1991 esta diferença cresceu para sete anos. Projeções para 2010 e 2020 mantêm uma diferença em torno de 6 anos.

Embora as taxas de mortalidade das populações masculinas e femininas venham declinando no tempo, o diferencial favorável às mulheres se verifica tanto na população total

quanto na população de idosos. Assim os idosos que participam do curso, ajudam-nos a referendar estes dados, conforme figura explicativa:

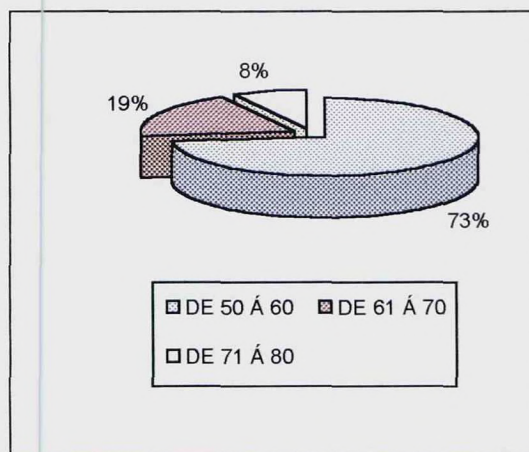


Figura 2 – Gráfico de Distribuição por Idade

Além disso, observamos também, de acordo com a pesquisa, que a maioria dos idosos, cerca de 46%, apresenta seu estado civil na condição de casados legalmente.

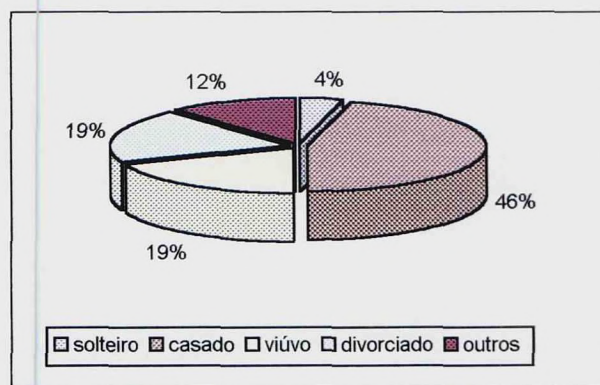


Figura 3 – Gráfico de Distribuição por Estado Civil

Atualmente, a família nuclear, formada por pai, mãe e filhos, embora ainda seja o modelo hegemônico de família, divide o espaço com novas formas de organização familiar, ou arranjos familiares.

Para Calderón (1994), é possível constatar, especialmente nas grandes cidades, os seguintes arranjos familiares: famílias com base em uniões livres, famílias monoparentais, com chefias femininas resultante de divórcio, separações, mães adolescentes solteiras, famílias formadas sem laços de amizade e sangue, mas afetivos de mútua dependência e responsabilidade, entre outros.

Para Goldani (1994), a complexidade da vida familiar se deve principalmente, ao incremento do número de famílias reconstituídas, resultantes do alto índice de separações, divórcios e recasamentos.

Quanto ao número de componentes que formam o núcleo familiar, verificamos um aumento na proporção de pessoas integrando sua própria família nuclear. Declinando, a possibilidade de morar com os filhos ou com outros parentes, o que explica em parte, o aumento da proporção dos que moram sozinhos. Mesmo assim, conforme a figura seguinte, ainda é um número bem considerável de pessoas que moram com esposa e filhos, cerca de 35%.

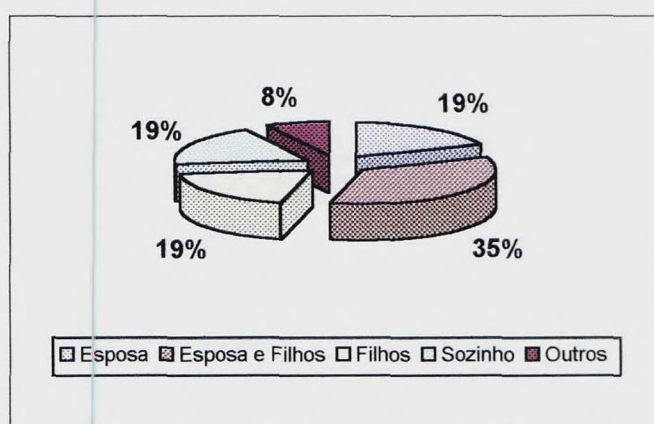


Figura 4 – Gráfico de Distribuição por Componentes Familiares

Vimos ainda em Goldani (1994), que os arranjos familiares que mais cresceram nos últimos anos, foram de pessoas vivendo sós e famílias monoparentais (pai ou mãe com filhos).

A situação familiar das pessoas nesta fase da vida, reflete o efeito acumulado de eventos sócio-econômicos demográficos e de saúde, ocorridos em etapas anteriores do ciclo vital. O tamanho da prole, a mortalidade diferencial, o celibato, a viuvez, as separações, os recasamentos e as migrações vão conformando, ao longo do tempo, distintos arranjos familiares e domésticos, os quais, com o passar da idade, adquirem características específicas, que podem colocar o idoso, do ponto de vista emocional e material, em situação de segurança ou de vulnerabilidade.

Observamos na figura a seguir, que a procedência dos alunos da 5º fase, concentra-se mais na região sul do país, e a maioria é do Estado de Santa Catarina, e da capital do estado, Florianópolis.

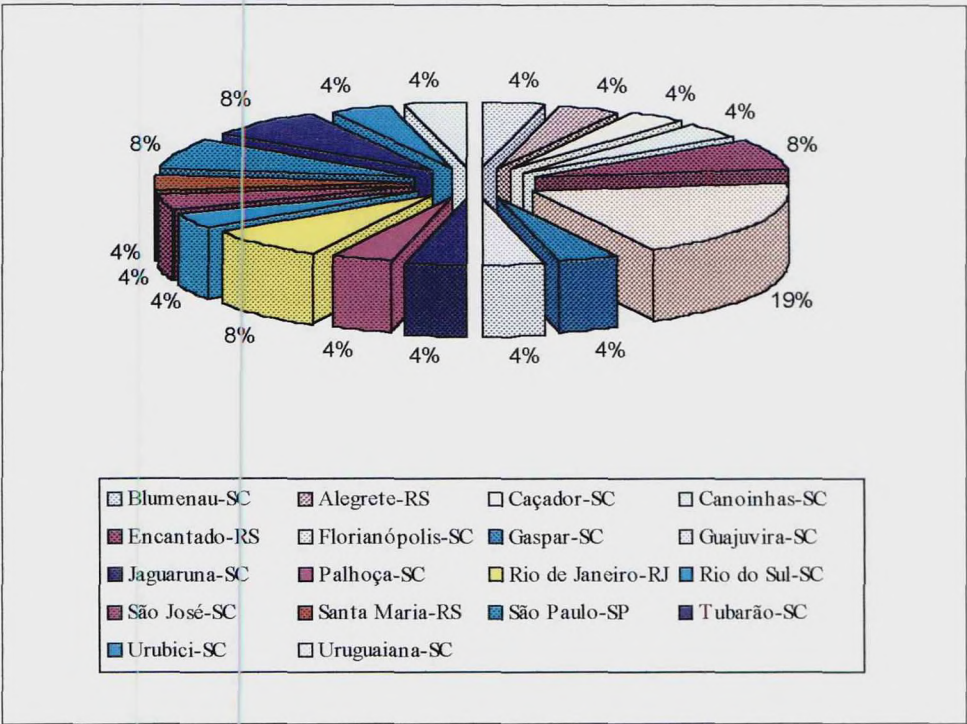


Figura 5 – Gráfico de Distribuição por Procedência

Segundo ainda, a OMS (1996), dos últimos quarenta anos, a população idosa esteve concentrada nas áreas urbanas. Dos cinquenta aos setenta, houve um predomínio deste grupo etário residindo no meio urbano, em comparação com a população total.

A partir dos anos 70, o intenso crescimento urbano experimentado pelo conjunto do país, contribuiu para a elevação do grau de urbanização da população de modo geral, diminuindo as diferenças relativas entre a população idosa vivendo em áreas urbanas e o conjunto da população.

Sem perder de vista que a migração do campo-cidade, jogou um papel importante na interpretação destes resultados, maior mortalidade no meio rural, principalmente acentuada nas décadas passadas, não pode ser descartada como um dos fatores responsáveis pelo maior contingente de sobreviventes idosos nas cidades.

Observamos a seguir, que mesmo assim, este grupo privilegiadamente, consegue manter-se com certa estabilidade econômica, pois a maioria, cerca de 54% reside em casas próprias. A preferência por casas pode ser um indicativo cultural da ilha colonizada por açorianos, onde prevalece mais a construção destas do que de apartamentos. Assim comprovamos através das figuras seguintes:

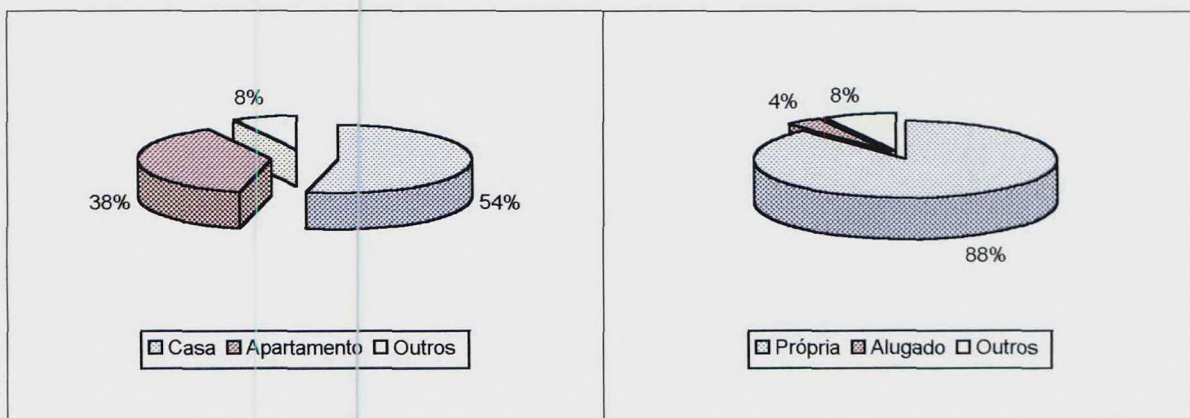


Figura 6 – Gráfico de Distribuição por Domínio de Domicílio e Situação Fundiária

Ao apreciar os dados, verificamos também, que a maioria possui imóvel próprio ou quitado. Obviamente esta é uma realidade para uma minoria da população, apesar de que a moradia é também uma das necessidades básicas dos seres humanos.

Um outro fator que se pode levar em conta também para a garantia dessa estabilidade, que a maioria do grupo adquiriu, está relacionada com a renda familiar que os mesmos possuem. Baseada em salários mínimos, assim se compõem a renda familiar desses idosos:

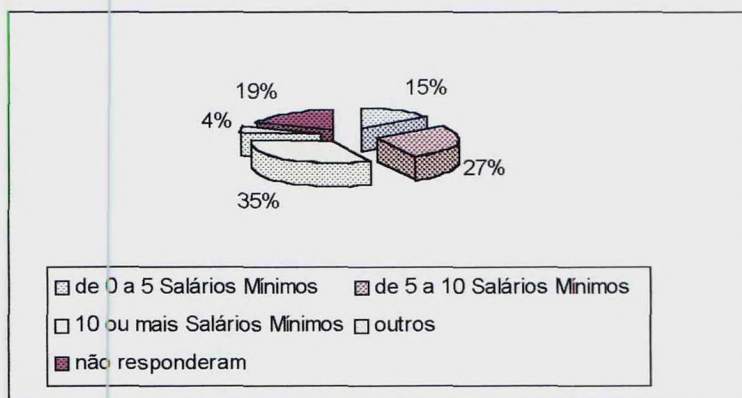


Figura 7 – Gráfico de Distribuição da Renda Familiar em Salários Mínimos

Observamos a presença de dois grandes grupos, quanto a remuneração fixa, ou seja, a grande maioria tem uma renda familiar bem satisfatória, quando comparada à realidade vivenciada na atual proposta de mercado.

Este fato vem justificar o elevado percentual de pessoas que são inativas, ou seja, que já se aposentaram, e o número reduzido de pessoas que são ativas, ou seja, que ainda exercem algum tipo de trabalho formal ou informal, para complementação da renda familiar, conforme mostra a próxima figura:

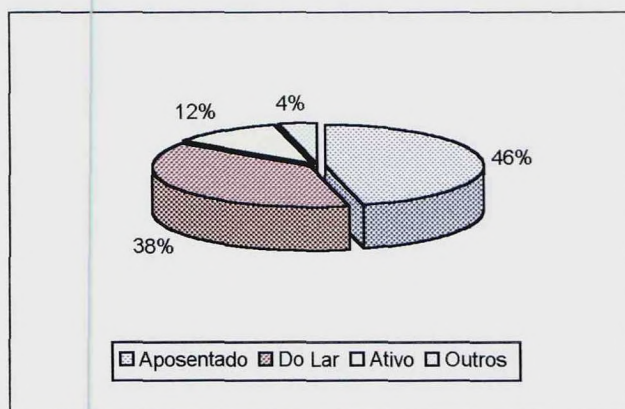


Figura 8 – Gráfico de Distribuição por Modalidade de Trabalho

Esta tranquilidade obtida pelo grupo estudado, evidencia que existem necessidades naturais da vida em sociedade, presentes em qualquer condição social, que são facilmente identificáveis, por traduzirem uma condição biológica. Entretanto, há outras necessidades, dentre as quais se destacam as do plano social e cultural.

É somente através da educação que se pode garantir que os indivíduos se preparem para um envelhecimento consciente, e que os conhecimentos científicos e tecnológicos proporcionem uma vida mais digna e qualitativa.

A figura a seguir vem corroborar com essa afirmação, quando identifica que todos tiveram acesso à alfabetização, ou melhor, ao ensino fundamental.

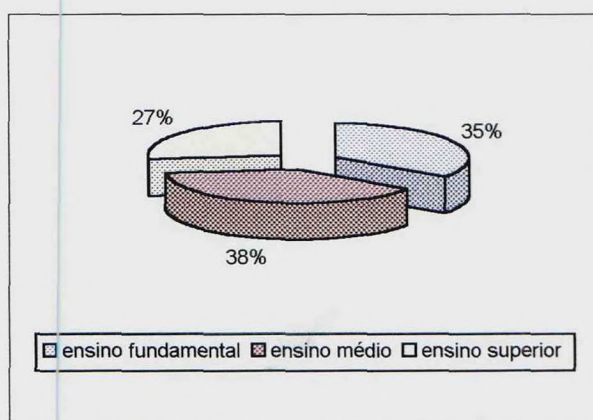


Figura 9 – Gráfico de Distribuição por Curso mais Elevado já Frequentado

Mais uma vez evidencia-se a importância da educação permanente para a garantia de uma velhice bem vivida, ou seja, para a formação de uma mente crítica e apta a perceber as mudanças sociais e adaptar-se a elas.

Para Amaral (2000), o homem como ser social necessita viver dentro de uma cultura. O conceito de cultura é oposto ao conceito de natureza. Apesar de ser um produto da natureza, esta não o cria; pois deixado à própria sorte, o homem não se desenvolve, não cresce, não se identifica, e nem se comporta como homem. Portanto, desde o nascimento o homem passa a ser progressivamente um ser de cultura; precisa modificar a natureza à sua volta e adaptá-la às suas necessidades. A palavra cultura tem a mesma origem da palavra agricultura, vem do verbo latino colere, com significação de cultivar, colher, acrescentar alguma coisa à natureza.

As próximas figuras evidenciam claramente esse contexto, o primeiro quando retrata que o assunto preferido é educação, e o segundo quando mostra que este grupo elege a leitura de jornais e revistas para a ampliação de conhecimentos, para as mudanças de valores e hábitos, interação grupal e social e principalmente para uma melhora da auto-estima e da qualidade de vida.

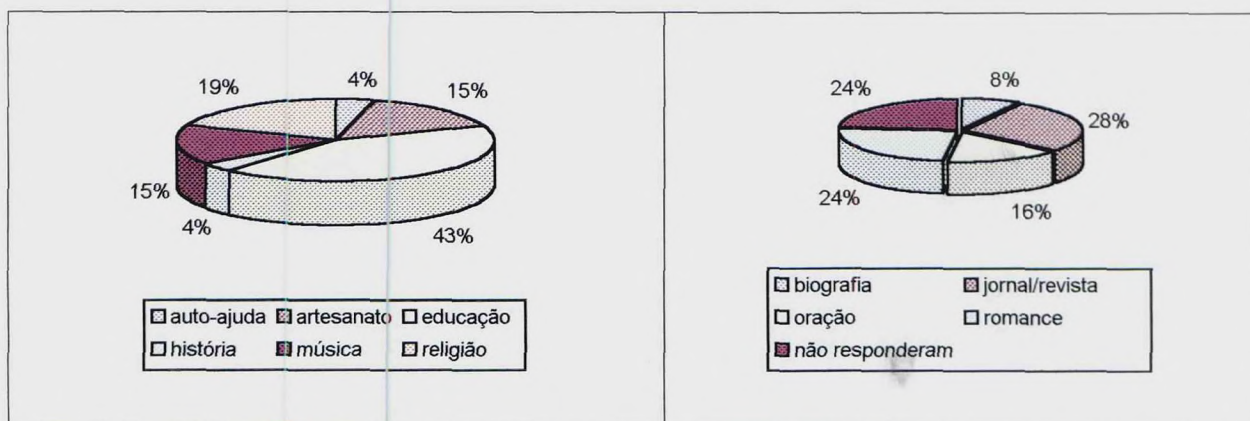


Figura 10 – Gráfico de Distribuição por Assuntos e Leituras Preferidas

Sendo assim, Simone de Beauvoir (1990), afirma que: “[...] se a cultura não fosse um saber inerte, adquirido de uma vez por todas e depois esquecido, se fosse prática e viva, e se através dela tivesse sobre o seu meio um poder de realização e renovação ao longo dos anos, em todas as idades, seria cidadão útil e produtivo.”

Para além disso, a cultura é expressão das diferenciadas formas de entendermos o lazer. Por isso, constatamos uma diversidade muito grande de atividades preferidas de lazer dos idosos. Mas o que mais se destacou foi de viajar e ir ao cinema, com 17%. Portanto o lazer é visto como grande auxiliar na aceitação da maturidade porque, sendo uma atividade do pensamento, oferece probabilidades de preencher a própria existência. Sendo assim, ter acesso à cultura e ao lazer, independentemente da faixa etária de qualquer cidadão, é um fator de crescimento, de conhecimento, de interação, de descoberta, e vivência de emoções, elementos essenciais à preservação e manutenção de uma vida mais produtiva e saudável.

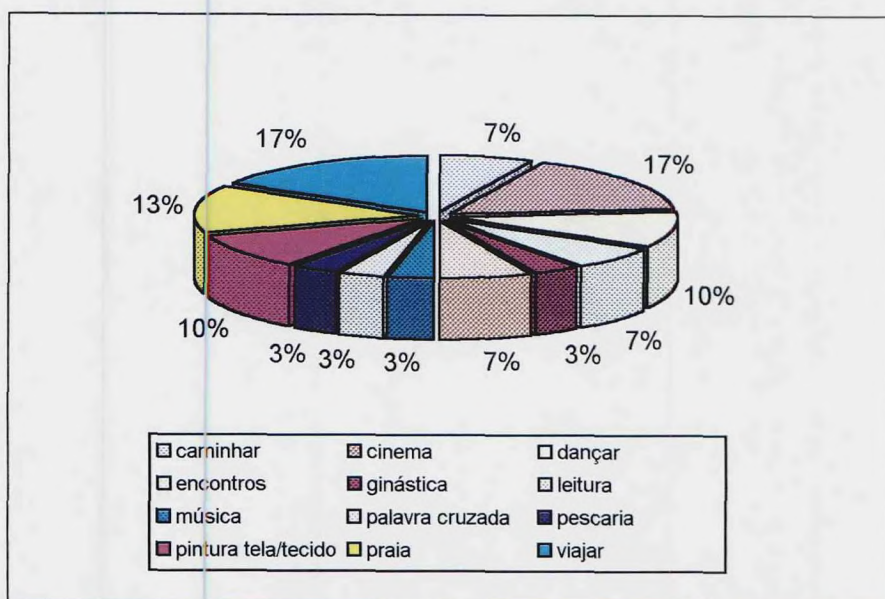


Figura 11 – Gráfico de Distribuição por Atividades Preferidas de Lazer

O lazer é fundamental em todas as etapas da vida, ele proporciona maior saúde física, psicológica, mental e social, e sendo uma necessidade humana contribui para uma melhor qualidade de vida, pois segundo Stolfo (1994, p. 61):

A comunicação gerada através do lazer não é somente um meio de integração social, mas também uma forma de se estabelecer um equilíbrio psíquico. Ele surge como uma nova forma de recuperar o tempo, representando um esforço para manter o equilíbrio e a vontade de viver, ajudando-nos a descobrir novas formas de vivência, distraindo a mente, compartilhando interesses, educando a solidariedade como valor mais importante de enriquecimento do ser.

Dessa forma, o lazer assume uma dimensão diferenciada, para o idoso que incorpora, muito mais do que a simples ocupação do tempo livre, ou seja, o lazer assume uma significação existencial.

Na sequência estaremos trabalhando com o bloco de figuras que mostram a inserção do idoso nos curso e demais desdobramentos que esta participação possibilita.

A figura seguinte, mostra que apesar de toda essa preparação prévia e durante o trajeto do curso, os alunos parecem não ter muita clareza do verdadeiro objetivo do curso, pois 27% não responderam os motivos que o levaram a freqüentar o curso, e só 8%, ou seja, uma pequena minoria, respondeu que era para atualizar-se.

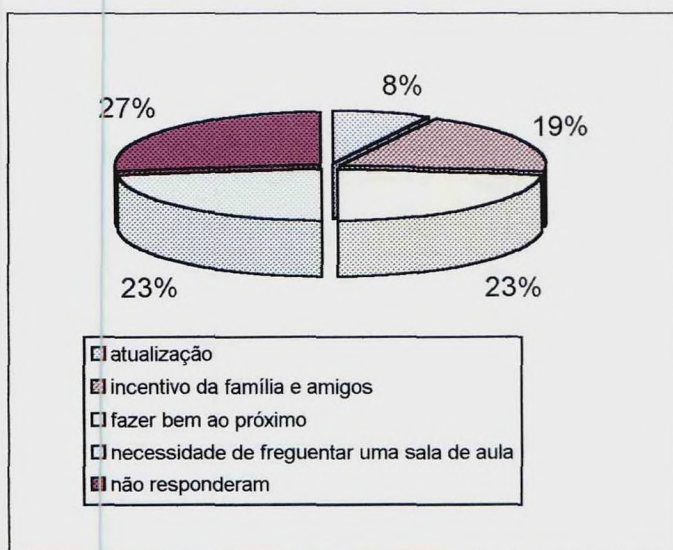


Figura 12 – Gráfico de Distribuição por Motivos de Freqüentar a Instituição

Isto talvez se explique, pelo fato de que na terceira idade, estes dispõem de mais tempo para olharem para si mesmos, e passem a vislumbrar maiores perspectivas para o presente e para o futuro.

Estes dados talvez venham a ser justificados também pela próxima figura, onde 35% dos idosos dizem que sua vida era muito parada, seguido de 34% dos que dizem que na sua vida tudo é muito parado.

Pelos fatores já citados anteriormente, percebemos que há uma profunda sensação de solidão também, sentimento esse inerente ao ser humano, e que se intensifica em determinados momentos.

A solidão é um estado de alma, é um sentimento que provoca dor, que nos dá medo. E para vencê-lo, é importante ir em busca dos outros, relacionar-se, achar um objetivo, algo que dê sentido a sua existência.

Mas, o importante não é apenas a conscientização da própria existência dentro da condição humana, como também a busca incessante de significado pessoal desta existência.

Assim, a luta para encontrar um sentido na vida é a força motivacional básica no homem, superior a qualquer tipo de impulsos ou necessidades primárias.

Entendemos portanto, que o sentido da vida só é alcançado na medida em que a pessoa tente se integrar na sua identidade, nos seus ideais e valores, pois de acordo com Severino (1983, p. 65): “o valor torna-se verdadeiramente mediação entre a pessoa e o universo, assim como entre as pessoas e é em relação a eles que se desabrochará a própria existência pessoal”.

Podemos perceber também, de acordo com o gráfico, que a maioria, considera que após ingressar no curso, houve muitas mudanças, principalmente na família e na sociedade, cerca de 42%, contra um percentual de 12% dos que não vêem nenhum tipo de mudança em sua vida.

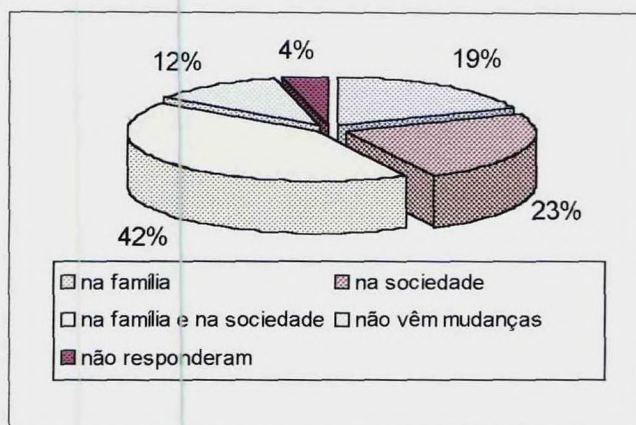


Figura 13 – Gráfico de Distribuição das Mudanças na Vida depois de entrar na Instituição

Isto significa dizer que é fundamental a possibilidade de sermos partícipes num grupo, seja na família, na sociedade, pois este sentido de “pertença”, cria laços afetivos e envolve socialmente a pessoa.

A participação não é só um instrumento para a solução de problemas, mas sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono, a saúde. A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, e afirma-se a si mesmo. (BORDENAVE, 1990, p. 16).

Concordamos com Bordenave, pois apesar da participação ser uma necessidade básica, o ser humano não nasce sabendo participar, pois, isso é algo que se aprende e se aperfeiçoa. A participação favorece a partilha e o enriquecimento mútuo. Em se tratando de experiência humana, quanto mais se divide com os outros, tanto mais se multiplica e cresce. Quem participa não estaciona, troca, ou seja, recebe à medida que distribui. Informa e recolhe informações, elucida e esclarece as suas dúvidas. O idoso sempre pode ampliar horizontes, melhorar suas vivências.

Demo (1985, p. 131), ao falar sobre a participação, assim se expressa:

[...] é desafio, é criatividade, é potencialidade, é intensidade. É o que, em última instância, ‘vale a pena’. É o que dá ‘sentido’, o que sintetiza e

totaliza. Quanticamente, não sabemos bem onde começa, onde acaba, onde se aloca, nem quanto pesa ou mede. Mas qualitativamente é tudo o que podemos ser todos, no todo. Além disso, sua prática envolve a interação com os demais seres humanos, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo e, ainda, sua valorização pelos outros.

Entendemos a participação, no sentido da ação do homem junto com os outros, pois o homem é um ser de abertura que encontra o significado de seu existir na relação com o outro, favorecendo uma troca de vivências.

Concordamos com Wojtyla (1982, p. 314) quando diz que:

A participação corresponde àquilo em que consiste a transcendência da pessoa na ação, quando a ação se realiza 'junto com os outros', quando se realiza em distintas relações sociais ou inter-humanas. Naturalmente, se corresponde a transcendência, corresponde também a integração da pessoa na ação, porque já sabemos, esta última é um aspecto complementar em relação à primeira. A característica da participação indica, portanto, que o homem, quando atua com os outros homens, conserva em seu atuar o valor personalista de sua própria ação e ao mesmo tempo tem parte na realização e nos resultados da atuação em comum.

Segundo Demarchi e Lucas (1993, p. 79), a participação é uma experiência de uma ação junto com os outros, resguardando, no entanto, o valor pessoal da ação, pois participando, o homem descobre uma nova dimensão de si mesmo, enquanto pessoa.

Todavia a participação não constitui, apenas, instrumento de realização da pessoa em si, mas, também, simultaneamente, de todos os homens da comunidade.

Ainda segundo o Wojtyla (1982, p. 323), na comunidade

[...] encontramos a realidade da participação enquanto propriedade da pessoa que lhe permite atuar 'junto com os outros' e, portanto, chegar a sua própria realização. Simultaneamente a participação, enquanto propriedade da pessoa, é um fator constitutivo de toda comunidade humana. Devido a esta propriedade, pode-se dizer que chegam a fundir-se a pessoa e a comunidade.

Por isso, ao perguntarmos se esses idosos exercem alguma atividade na comunidade, 77% respondeu que sim, conforme indica a figura:

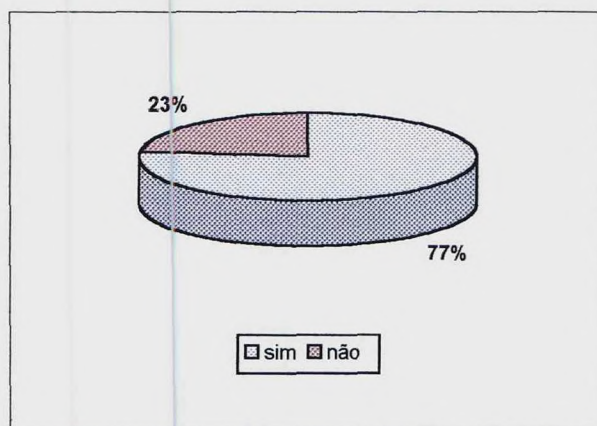


Figura 14 – Gráfico Identificando Atividades Exercidas na Comunidade

Existir e atuar em comunidade possibilita à pessoa manifestar-se, exprimir-se, revelar-se, enfim, constituir-se enquanto pessoa. É vivendo em comunidade que a pessoa realiza ao mesmo tempo, o valor autenticamente, a execução de uma ação e a auto-realização na ação.

Para Wojtyla (1982, p. 317): A capacidade de atuar junto com os outros é que faz possível a realização de tudo aquilo que é consequência da atuação em comum e, ao mesmo tempo, permite ao que está atuando realizar com eles o valor de sua ação.

A vida em comunidade impõe ao homem a necessidade de viver constantemente, ampliando seu relacionamento, que não pode se esgotar na relação eu-tu, onde a necessidade do encontro dos homens, proporcionando a ação reflexiva, através do diálogo.

E conforme Demarchi e Lucas (1993, p. 80), o diálogo propicia uma forma de relação em que o encontro entre o eu e o outro se dá através de experiências vividas no cotidiano, permitindo a compreensão da pessoa como capaz de abertura e acolhimento do outro. Assim, o diálogo é a possibilidade de transformação do homem e do mundo.

Na sua reflexão sobre o diálogo, Freire (1980, p. 82), concebe que o mesmo é:

O encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o

diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é pois, uma necessidade existencial.

Na nossa compreensão, o diálogo é, também, uma possibilidade de participação, pois esta se desenvolve através de uma relação dialógica, propiciando a pessoa se descobrir, enquanto pessoa, enquanto ser, não só para si, mas também para o outro.

A participação, em todas as etapas da vida, deve tornar-se uma resposta às necessidades existenciais do ser humano e do contexto de que ele fez parte. Não deve garantir somente o direito de sobreviver, mas o direito de viver.

E principalmente na velhice, a participação, gera condições para engajamento e a transformação das pessoas idosas, para não ficarem excluídas e alienadas da sociedade, para serem reconhecidas como seres históricos e poderem desenvolver-se como tal. Estas pessoas têm os mesmos direitos que as outras, e, apesar de estarem na última fase do desenvolvimento da vida, têm através das experiências acumuladas ao longo dos anos, muito para ensinar às novas gerações.

E como afirmam Demarchi e Lucas (1993, P. 29), só através da participação que as pessoas idosas irão assumir um papel político mais amplo, organizando-se no sentido de reivindicar seu espaço na sociedade, pressionando o Estado na elaboração de políticas sociais mais abrangentes e mobilizando-se, numa caminhada histórica, em busca da cidadania e dos direitos sociais.

Diante dessas considerações, podemos afirmar que a participação na velhice, quando exercida verdadeiramente e na sua essência, torna-se sinônimo de vida.

E é por assim entendermos, que visualizamos na figura seguinte, que cerca de 43% dos idosos, considera a qualidade das aulas boas, seguido de 38%, dos que as consideram ótimas, ou seja, que estas lhes proporcionam conhecimento e auto-conhecimento, pois

[...] quanto mais a árvore se carrega de flores, maior a esperança dos frutos. Florescer a vida de ideais é o único meio de crescer, de se aperfeiçoar, se expandir em todas as dimensões. A única razão da vida é de subir, subir sempre, escalar as alturas do verdadeiro, do bem, do belo. Tentar sempre picos mais altos, gera novas energias, faz nascer mais alegria de viver. (STEFANI, 1986, p. 324).

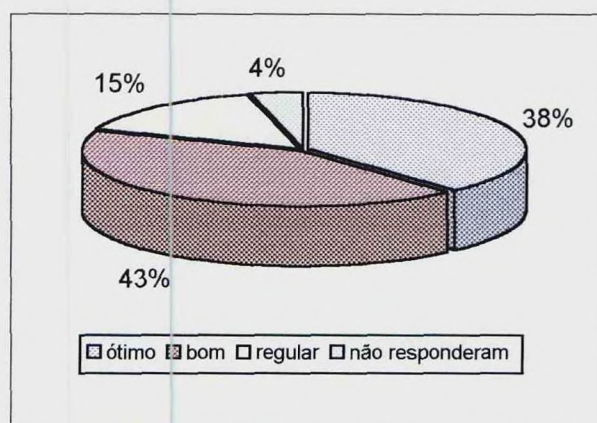


Figura 15 – Gráfico Identificando a Qualidade das Aulas

Por outro lado, construir-se a si ou realizar-se, significa tanto transformar em poder pessoal as possibilidades existentes em nossa natureza, como também exercitar, satisfatoriamente, os poderes que já temos, pois o homem em todas as fases da vida é um ser com os outros, onde busca constantemente construir-se e realizar-se humanamente.

Corroborando com essa idéia, Rogers, (1997, p. 203), ressalta:

[...] confio nas pessoas – em sua capacidade de explorarem e compreenderem em si mesmas e a seus problemas, e em sua capacidade de solucionar estes problemas em qualquer relação próxima, duradoura, onde eu possa prover um clima de calor humano e compreensão autênticos. Vou me aventurar a depositar o mesmo tipo de confiança numa equipe, empenhando-me em criar um clima no qual, cada um seja responsável pelos atos do grupo como um todo e onde o grupo assuma a responsabilidade por cada indivíduo.

Sendo assim, o grupo passa a significar, um lugar de encontro e de valorização, uma vez que, nele, as pessoas conseguem expressar seus anseios, necessidades e opiniões. Ao

mesmo tempo, que exercem seus direitos, conscientizam-se das questões locais e nacionais, ampliando sua capacidade e dando sugestões.

Em síntese, Torres (1978, p. 8-10), afirma que;

(...) é reconhecido que nas sociedades modernas, todo o indivíduo é um membro de muitos e diferentes grupos sociais, os quais, tem grande importância para o seu bem estar. Somente através dos grupos, as pessoas podem se integrar e se realizar na sociedade, pois os grupos satisfazem as diversas necessidades que os seres humanos possuem e que não poderiam resolver sozinhos. Dessa forma, o homem vive em grupos, do nascimento até a morte.

E é por assim entender, que esse grupo ao fazer considerações sobre as relações entre estes, entre os professores e a instituição, interpreta da seguinte forma, conforme mostra as próximas figuras:

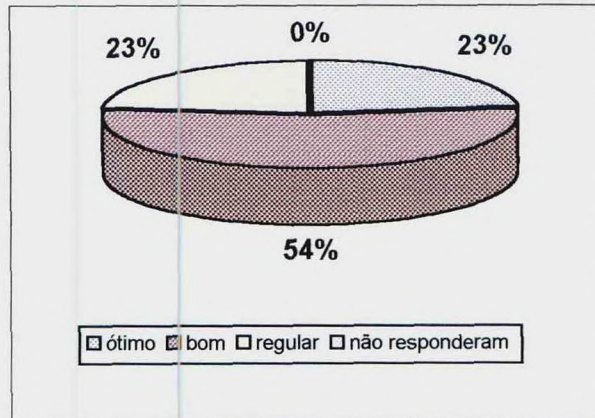


Figura 16 – Gráfico Identificando Relacionamento entre Aluno/Aluno

Ou seja, mais de 50% do grupo, entende que as relações mantidas entre si, são boas; seguido de 23% dos que consideram estas ótimas.

Na mesma proporção vem seu entendimento com relação aos professores que ministram as aulas.

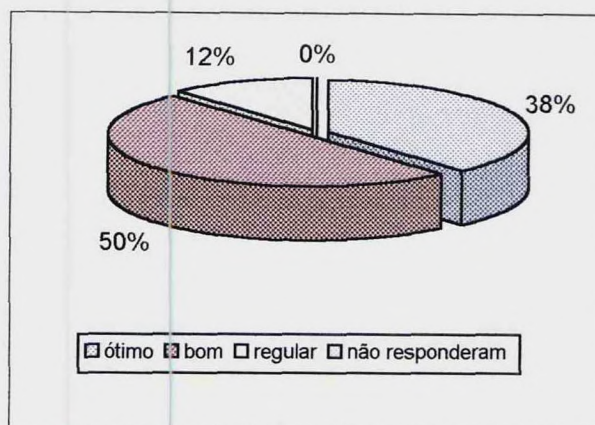


Figura 17 – Gráfico Identificando Relacionamento entre Aluno/Professor

Sendo assim, concordamos com Pavão (1988, p. 32), quando diz que: “Somente o diálogo propicia uma forma de relação em que o encontro entre o eu e o outro se dá por meio de situações concretas vividas no cotidiano e permite a compreensão do outro.”

Entendemos também, que pelo fato do curso despertar nos idosos a valorização, a auto-estima e a determinação, tornam-se mais politizados e confiantes em si mesmos, o qual despertam para um nível mais exigente de qualidade de atendimento e de relacionamento. Logo, quando perguntamos sobre sua relação com a instituição, na leitura feita pelos idosos, cerca de 39% afirma que é boa, mas logo em seguida aparece um valor expressivo, cerca de 38%, que afirma ser regular, conforme expressa a próxima figura:

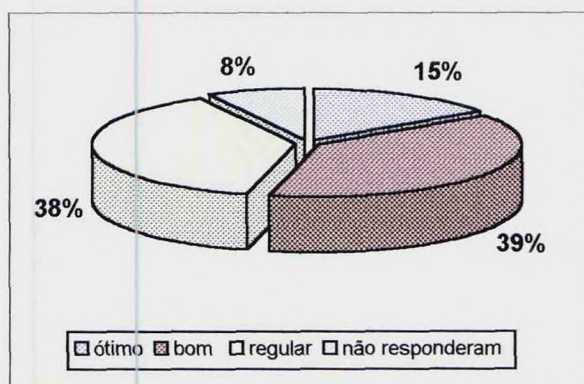


Figura 18 – Gráfico Identificando Relacionamento entre Aluno/Instituição

É diante do exposto anteriormente, que concordamos com Freire (1980, p. 40), quando diz que: “O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la.”

A partir do momento em que a pessoa, com mais idade, reflete criticamente sobre sua situação, emerge plenamente consciente e comprometida. Da imersão em que se achava, emergirá, capacitando-se para inserir-se na realidade em que vai desvelando.

É com tal entendimento sobre essa realidade, que vai se desvelando cotidianamente, que este grupo demonstra haver certa carência de diálogo, conforme também demonstra a próxima figura:

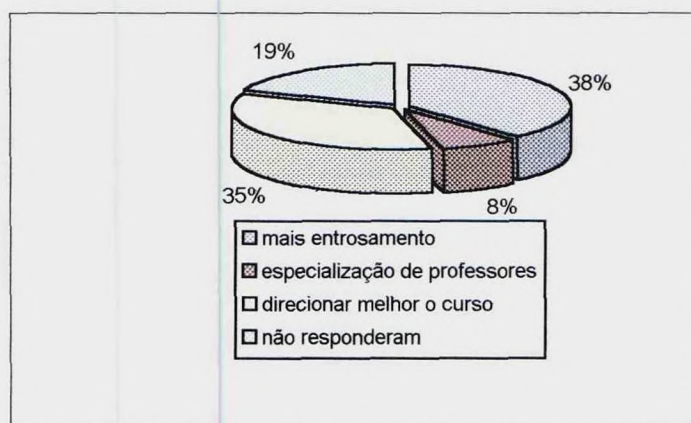


Figura 19 – Gráfico Identificando melhorias para a Instituição

Ou seja, 38%, entende que é necessário mais entrosamento, seguido de 35% que entende que o curso precisa direcionar-se melhor.

Sendo assim, é necessário compreender e respeitar a capacidade de afrontamento das pessoas, diante da realidade que lhes é apresentada. Cabe a elas aceitar ou recusar, dizer sim ou não, fazer-se presentes ou ausentes na luta por uma melhor condição de vida. À medida que elas aceitarem dizer sim e estarem presentes nesta luta, estarão buscando um

sentido para a sua existência, pois este é fator importante e primordial na superação dos limites cotidianos da vida.

É também por assim entendermos, que consideramos que na velhice, há uma riqueza interior acumulada, muito significativa, construída dia-a-dia e cultivada durante toda a vida, pois é na escola do cotidiano que se pode realmente somar aprendizagem e vivências.

Enfim,

O diálogo tem a característica de ser uma conversa não autoritária e nem dogmática, em que, por isso, as pessoas se colocam em pé de igualdade quanto à participação de cada um. Esta igualdade refere-se ao fato de que cada participante possui as mesmas oportunidades de ouvir e falar, de indagar e responder, de concordar e discordar, de emitir idéias, juízos e opiniões. É um encontro em que a base fundamental é o relacionamento que se estabelece entre as pessoas, em que uma não é mais que a outra e ambas são iguais como seres humanos (RÚDIO, 1990, p. 32).

É portanto, conforme já citado anteriormente, que é com essa soma de aprendizagens e vivências, que 42%, entende que o curso atende suas expectativas. Mas em contrapartida é considerável o número dos que dizem que o curso não atende suas necessidades, conforme figura abaixo:

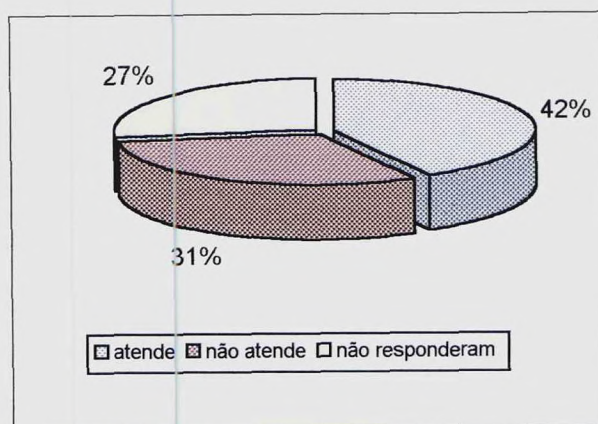


Figura 20 – Gráfico Identificando Expectativas que o Curso Proporciona

Por isso, ao perguntarmos o que os idosos consideram que deveria ser mudado na sociedade, 28% entende que é a atenção e o respeito, conforme a figura abaixo:

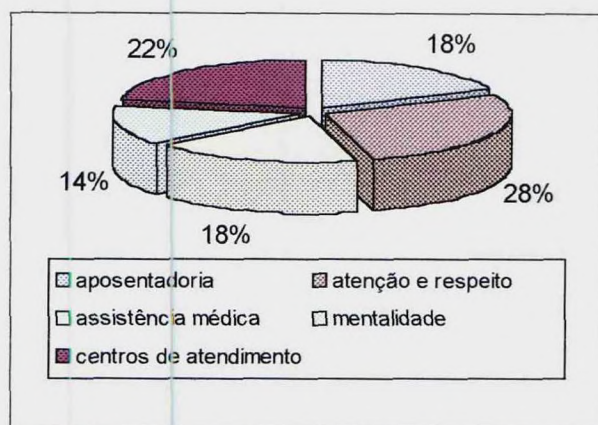


Figura 21 – Gráfico Identificando sugestões para a Sociedade com relação a Terceira Idade

Isto porque ser velho, na nossa sociedade, significa não possuir meios de gerir mais seus proventos, não contribuir de forma efetiva e participante na sociedade, onde é necessário cada vez mais produzir, se manter jovem, gerando riquezas para o Estado e para si próprio.

A forma como nossa sociedade está estruturada, faz com que ela não reconheça os homens como seres históricos, com necessidades a serem satisfeitas, mas, sim, os objetiva, uma vez que o que importa é a produção. É a ideologia de que valemos mais pelo que produzimos do que pelo que efetivamente somos. Esta ideologia faz com que a capacidade e experiência adquiridas ao longo dos anos não contribuam positivamente, porque não são valorizadas pela sociedade.

Manifestando nossa oposição a esta ideologia e por acreditarmos na capacidade e potencialidade das pessoas idosas é que tomamos nossas, as palavras de Salgado (1998, p. 4):

O velho não deve ser tratado como um ser diferente dos demais. A velhice deve ser uma idade abrangente, apesar de todas as limitações [...]. O envelhecimento útil e feliz não pode ser apenas um mito. Cabe à sociedade a

responsabilidade de redefinir, sócio e culturalmente o significado da velhice, possibilitando a restauração da dignidade para esse grupo etário. Cabe a cada idoso o compromisso de lutar, pois se a sociedade inventou a velhice, devem os idosos reinventarem a sociedade.

É certamente nesse mundo de relações, na atuação uns com os outros, que a pessoa pode exercer seus direitos e deveres. É portanto, esse o espaço onde sua cidadania pode ser construída, fazer-se possível e presente.

De acordo com o Dicionário Silveira Bueno (1996, p. 138): “Cidadania é a qualidade de cidadão”. Mas quem é este personagem? Na mesma fonte: “Cidadão é o membro da comunidade política que é a cidade e que, em tal condição, goza de direitos civis, políticos e sociais de um Estado”.

Portanto não se pode falar em cidadania sem ter bem presente a pessoa cidadã. Esta é a essência e a razão de ser da cidadania, com todas as suas prerrogativas e aspirações, suas limitações e necessidades. Cidadania é sinônimo de pessoa plena e participativa no social.

Na prática, cidadania significa ser membro ativo e participante na sua comunidade, usufruindo dos seus direitos e cumprindo prontamente os seus deveres. No entanto, convém destacar que além de cumprimento dos deveres, a cidadania exige acesso aos direitos. Em decorrência dessa duplicidade, o idosos precisa saber o que lhe compete de fato e de direito, pois direito é direito sempre, não caduca com o tempo, ou seja, com a velhice não diminuem nem se perdem os direitos de cidadania.

O aumento da idade pode até diminuir um pouco o vigor físico e a vibração da juventude, mas direito, continua sendo direito, em qualquer fase da vida humana, desde o período pré-natal até o período pós-morte. O cidadão antes de ser jovem ou velho, é uma pessoa dotada de inteligência, vontade e liberdade, enfim, é gente.

Para a pessoa que envelhece, isto é de suma importância: sentir-se gente, pertencente a uma coletividade, não apenas porque tem um registro, um documento oficial,

mas porque, além deste, encontra sua identidade real. Ao mesmo tempo que se identifica consigo mesmo, como único e original, vê pontos comuns nos outros seus semelhantes e companheiros de caminhada. É gratificante ser parte efetiva de um todo, de um grupo social, onde é bem aceito e perfeitamente ajustado, participante ativo e respeitado na sua individualidade, pois cada ser humano é único, original na sua trajetória, mas profundamente dependente das suas raízes, do seu meio e da sua cultura. É a expressão de um período histórico único, provém de uma família e ajuda a construí-la paulatinamente. É influenciado por fatores diversos, desde os geográficos, climáticos, até os hábitos e costumes do seu ambiente doméstico. Enfim, toda pessoa contribui para a vida familiar, da comunidade e até mesmo do seu país. Ninguém passa pela vida sem deixar algumas ou muitas marcas, poucas ou muitas contribuições.

Sendo assim, não se vive integralmente a cidadania se não houver um profundo respeito pela individualidade, ou seja, o cidadão individualmente considerado, precisa ser valorizado para que busque em suas raízes sociológicas o suporte para uma perfeita integração.

Além da individualidade, portanto, a integração pode ser considerada como outra característica da cidadania, isto porque, sem a inserção no social, a pessoa torna-se individualista e sem sentido a sua existência, pois ninguém vive só para si.

Pela lógica, o idoso já sabe disso, e também pela vivência aprendeu que para se ter uma vida melhor, são necessárias, a participação e a luta de todos, e cada um em particular.

É fundamental que o idoso sinta-se acolhido e amado, tenha um papel sócio-cultural de destaque para sentir-se útil e assim se sentir bem. Ninguém gosta de ser valorizado apenas pelo que já foi, pelos papéis que viveu ou pelas honrarias que recebeu em tempos passados. O idoso quer ser valorizado pelo que ele é hoje, aqui e agora.

Os novos papéis que venham a viver, no presente, poderão permitir um espaço vital, maior ou menor, dependendo de cada um. Não se trata de tirar o espaço do jovem, mas com ele conviver harmonicamente, uma vez que há lugar para todos na construção do social.

O idoso não pode aceitar ser um cidadão de menor qualidade, mas deve conquistar seu espaço de cidadão amadurecido com um papel muito importante no equilíbrio social e político.

E por isso, a dignidade, que é o bem maior do ser humano em todas as idades, precisa se fazer presente, pois o reconhecimento desta, exige o respeito, a defesa e a promoção dos direitos da pessoa humana: direito à vida, desde a concepção; direito à igualdade de tratamento, ao trabalho, à alimentação, à educação, à prática religiosa, à saúde; o direito de ir e vir, etc.

O ponto de partida para o reconhecimento e valorização da pessoa idosa é destacar a sua dignidade como valor primordial. Não se resgata a cidadania se não se recuperar a dignidade humana em qualquer idade.

Outra característica evidente da cidadania é a liberdade. Este sem dúvida, é o atributo mais necessário para que a pessoa idosa possa exercer com plenitude a sua cidadania. É um pré-requisito para o idoso construir seu espaço e para construir a própria cidadania, pois pouco adiantará a pessoa idosa ter condições vitais, se não possuir a liberdade para usá-las, ou seja, sem autonomia não há cidadania, há dominação.

Portanto, é imprescindível que o idoso mantenha a sua autonomia, isto é, a capacidade de pensar, de falar e de decidir seus passos e assumir o seu posicionamento e suas ações, com muita responsabilidade.

E não menos importante que as outras características citadas, a responsabilidade é vital nessa conquista, pois quanto mais capacitada a pessoa estiver, tanto maior será a sua responsabilidade, perante si mesmo, e os outros, ou seja, ninguém deve assumir aquilo que

por direito ou por dever, o idoso pode e deve fazer. Não apenas permitir, mas até estimular e favorecer o cumprimento de pequenas obrigações. As atribuições que lhes são próprias, poderá permitir a sensação de competência e de bem-estar.

A responsabilidade da pessoa idosa, enquanto cidadã, é não se alienar da vida pública, dos problemas locais, das inovações do seu clube ou das novas propostas da sua associação, enfim, precisa estar atenta ao que está acontecendo no país e no mundo. O cidadão que não é responsável, logo cai no descrédito e perde a respeitabilidade.

Portanto, a cidadania pressupõe: “[...] igualdade de direitos, sendo que um dos mais importantes é o direito de viver a própria vida e ser único e diferente dos demais” (SPINK apud SILVA, 1998, p. 56).

É por assim também entendermos, que no próximo item apresentaremos algumas reflexões sobre nosso posicionamento teórico-metodológico, tentando apresentar algumas propostas e visualizando as perspectivas para o Serviço Social.

2.4 Propostas e Perspectivas para o Serviço Social

O Serviço Social assume uma importante posição na promoção de condições que atendam as necessidades das pessoas, visando a sua participação consciente na sociedade em que estão inseridas.

Conforme Castro (1985, p. 14): “O Serviço Social orienta-se, também, numa permanente compreensão do homem, do seu modo de existir, do seu sentido de ser e da maneira como sua existência constitui-se em relação a este mundo”.

E Pavão (1988, p. 41), vem corroborar com essa idéia, quando expressa que: “O fato do homem estar no mundo conscientemente, torna-o aberto à realidade e, portanto, um

ente de relações, capaz de captar, compreender e expressar essa realidade, tendo, por meio de sua criatividade, possibilidade de transformar o mundo pela sua própria ação.

Mas para isso, é preciso valorizar a experiência e a vivência de cada ser humano, ou seja, sua história de vida, que apresenta-se sempre de maneira única, pertencente exclusivamente a cada um.

Então como Mounier (1964, p. 65), precisamos: “Compreender e deixar de nos colocar sempre no nosso ponto de vista, para nos situarmos no ponto de vista dos outros. Não nos procurarmos numa pessoa escolhida e igual a nós, mas captar com nossa singularidade, numa atitude de acolhimento e num esforço de recolhimento”.

Iamamoto (2001, p. 94) amplia essa compreensão quando diz que a prática profissional pode ser entendida como a atividade do Assistente Social em sua relação com o usuário, mas também com os empregadores e demais profissionais, ou seja, sua prática precisa ser percebida de acordo com aquilo que é bom de ser seguido e aquilo que é passível de contestação, de negação, pelas organizações profissionais.

Tendo em vista que, ao se falar em prática, usualmente costuma-se entender “o que o Assistente Social faz”, como conjunto de atividades que são desempenhadas pelo profissional. Assim, podemos considerar que a “prática profissional”, congrega “condicionantes” internos e externos. Os primeiros caracterizados como aqueles que dependem do desempenho do profissional e os externos são determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do Assistente Social. Iamamoto (2001, p. 94), em relação aos condicionantes internos e externos, entende que:

Os primeiros são geralmente referidos a competências do Assistente Social como, por exemplo, acionar estratégias e técnicas; a capacidade de leitura da realidade conjuntural, a habilidade no trato das relações humanas, a convivência numa equipe interprofissional, etc. Os segundos abrangem um conjunto de fatores que não dependem exclusivamente do sujeito profissional, desde as relações de poder institucional, os recursos colocados à disposição para o trabalho pela instituição ou empresa que contrata o

Assistente Social; as políticas sociais específicas e demandas da instituição empregadora, a realidade da população usuária dos serviços prestados, etc.

Neste sentido, a autora considera que a ação caracterizada como prática, corresponde a um dos elementos constitutivos do Processo de trabalho, que é o próprio trabalho. Porém, para este existir, é necessário que se tenha meios de realizá-lo, como também ter a matéria-prima ou o objeto sobre o qual incidirá a ação transformadora do trabalho.

Essa ação será realizada pelo Assistente Social a partir das manifestações imediatas das relações sociais inseridas no conjunto do cotidiano da vida dos indivíduos, como também das classes populares por estar presente nas mais variadas expressões: saúde, educação, lazer, cultura, habitação, família.

Caracterizadas como as novas bases da Questão Social, cujas expressões são caracterizadas como o objeto de trabalho do Assistente Social, Iamamoto (2001, p. 59) considera a Questão Social como a “matéria-prima do trabalho do profissional” e enfatiza que a prática profissional compreende uma especialização do trabalho e como tal é “partícipe de um Processo de Trabalho”.

Ao identificar o objeto de seu trabalho, o profissional direcionará sua prática para a resolução das questões que compreendem o seu cotidiano. Mas vale ressaltar, que a prática profissional do Assistente Social, se configura como uma forma de trabalho e a formação profissional como um processo de qualificação teórico-metodológica, técnica e ético-política para o exercício do trabalho.

Entendemos, portanto, que o Serviço Social caracteriza-se por ser um processo pedagógico, que procura tornar a pessoa capaz de ser sujeito do seu processo de desenvolvimento, tornando-o apto a fazer suas escolhas, estabelecer valores e tomar decisões,

ou seja, torna-lo sujeito de sua própria situação. Portanto, a manutenção/aquisição da autodeterminação se mostra fundamental para o bem estar do idoso.

Segundo Pavão (1988, p. 67), o princípio de autodeterminação, tomado como proposição de valor para o indivíduo, “constitui seu direito e necessidade de liberdade para fazer suas próprias escolhas, e tomar suas próprias decisões”.

Por isso, acreditar que o ser humano, quando livre, tem a capacidade de autodeterminar-se e desenvolver-se na direção que desejar é uma expressão de fé na dignidade humana. Acreditar na dignidade inata de todo ser humano é um valor fundamental no Serviço Social. Portanto, cabe a estes profissionais, estimularem os indivíduos a fazerem suas escolhas, preservando a autodeterminação e, conseqüentemente, a sua identidade.

E para tanto, é preciso que esse processo pedagógico esteja envolto de um despertar de conscientização, mediatizado obviamente, através do diálogo, como já citado anteriormente, porque o “diálogo é um processo dinâmico, no qual o aperfeiçoamento se conquista pelo esforço e pela dedicação. Ninguém já nasce perito em dialogar, isso é uma arte que se aprende”. (Rúdio, 1993, p. 20). Dialogamos de acordo com aquilo que somos. E novamente salientamos que o diálogo que mantemos tem a marca de nossa personalidade, de nossos conhecimentos, de nossa visão de homem e de mundo, de nossa cultura. O objetivo do diálogo é promover em nós mesmos, e no outro, o aperfeiçoamento e, para que isso se concretize, precisamos estar em constante busca de aprimoramento.

Segundo Rúdio (1993, p. 22);

Aperfeiçoar-se consiste no indivíduo ir vencendo progressivamente a ignorância que tem sobre si mesmo e sobre o que o rodeia, ir descobrindo as potencialidades que existem e lutar para que sejam efetivadas, livrando-se dos obstáculos que impedem esta efetivação e aproveitando os recursos que o meio oferece para realizá-los.

Ao Assistente Social, cabe, portanto, ter a clareza de que o ser humano, em seu interior congrega uma gama imensa de possibilidades, que aos poucos vão se tornando conhecidas e que estão sempre esperando uma ocasião propícia para virem à luz e expressarem-se. Essas possibilidades só poderão manifestar-se quando o diálogo que mantemos com as pessoas for genuíno, sem preconceitos, sem julgamentos, criando um clima de aceitação, respeito e compreensão. Para tanto, nosso relacionamento deve ser estabelecido numa relação de pessoa-a-pessoa, não hierarquizada e de forma horizontal.

Contudo, o relacionamento num grupo não é sempre harmonioso e pacífico, pois este é formado de muitas singularidades, e as divergências de opiniões muitas vezes geram discussões e os membros do grupo se descontrolam e chegam até a ser ríspidos uns com os outros.

O Serviço Social, precisa então agir, porque conflitos são inerentes à qualquer grupo, e mesmo porque, vivemos num mundo pluralista em que as opiniões à vezes são concordantes e às vezes divergentes e adversas, pois convivemos com pessoas diferentes de nós. Então precisamos encará-lo e resolvê-lo; ou como diz Rúdio (1993, p. 71): “[...] Como o conflito é uma luta entre duas pessoas ou mais, jamais terá solução satisfatória em clima de prepotência e radicalismo, ou quando uma delas sempre ganhar e nunca perder”.

Sendo assim, diante de dificuldades e necessidades como essas, é nosso papel, enquanto educadores sociais, despertar nas pessoas suas potencialidades, é ajudá-los a sair do conformismo, da passividade, e irem em busca de seus direitos e cidadania. Para tanto, é necessário que a prática profissional seja determinada pela competência: política, teórico-metodológica e técnico-instrumental, juntamente com a realidade sócio-institucional no qual se efetiva sua atuação. É imprescindível que se olhe a sociedade com a visão de totalidade, com suas contradições, como está estruturada, com forte grau de exclusão e diferenças sociais.

Por isso Iamamoto (2001, p. 99), esclarece: “Dar conta das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira, é explicar os processos sociais que a produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos profissionais que vivenciam em suas relações cotidianas.”

Portanto para a mesma autora, “o conhecimento da realidade deixa de ser mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto, junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho”.

Dar conta dessas múltiplas expressões requer ações profissionais específicas para o desenvolvimento de seu trabalho. Essas ações podem ser entendidas pelo fazer profissional realizado no espaço da organização. Ao se inserir nas organizações, o Serviço Social visa apreender as demandas específicas.

No que se refere aos instrumentos de trabalho do Assistente Social, Iamamoto (2001, p. 62), acrescenta que: “[...] tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um arsenal de técnicas: entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamentos. Mas a questão é mais complexa”.

Considera, porém, que a compreensão dos meios e instrumentos como um mero conjunto de técnicas, se ampliam para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar suas ações e atividades. A utilização de instrumentos de trabalho pressupõe todo o tipo de recurso necessário para que se desenvolva o trabalho do Assistente Social.

A mesma autora acrescenta, que o “Assistente não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo”. Em alguns casos, quem dispõe destes são as instituições, embora o Assistente Social, em função da sua qualificação profissional, disponha de todo um

aparato de atividades pertinentes à realização de seu trabalho, como também de uma “relativa autonomia teórica, técnica e ético-política na condição de suas atividades”.

Salientamos, portanto, que nosso fazer foi orientado pelas teorias apreendidas em sala de aula, pois sentimos não existir a dicotomia teoria-prática. Nossa relação com as pessoas quer seja profissionalmente ou não, é sempre embasada num saber, que pode ser advindo do senso comum, ou de uma teoria respaldada na ciência.

Sendo assim, entendemos que é primordial a existência e a permanência de uma equipe multidisciplinar, na sua verdadeira essência, pois a troca de conhecimentos, o respeito pela opinião, o sentimento de amizade, o comprometimento profissional e a vontade de crescer, devem ser uma constante.

Considerando que o Assistente Social trabalha no âmbito das reproduções sociais, e para que esse processo seja desencadeado é necessário identificar matéria-prima, os objetivos e finalidades, a partir das demandas percebidas na prática cotidiana. Para tanto, é preciso extrapolar a prática burocratizada, mecanicista e tarefaira, assumindo um maior comprometimento com a profissão e com os usuários, oferecendo-lhes um serviço de melhor qualidade. Para que isso se concretize é fundamental que o profissional esteja em constante aprendizado, pois a sociedade é dinâmica e novos paradigmas vão surgindo.

Dessa maneira percebemos que o Serviço Social tem muito a contribuir não só nas relações sociais estabelecidas, mas também, na formação da consciência crítico-reflexiva, fazendo emergir novos sujeitos, longe de uma posição passiva, conformista e de massa.

Por isso é que salientamos a importância dos idosos se sentirem verdadeiramente partícipes. Mesmo porque, “A participação não é só um instrumento para a solução de problemas, mas sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano” (BORDENAVE, 1990, p. 16).

Feitas as considerações, sugerimos ao Serviço Social, que continue refletindo sua prática, avaliando seus limites, buscando inaugurar outras ações interventivas, para que sua intencionalidade seja alcançada. Que nesse caminho, continue produzindo conhecimentos e socializando as experiências da prática cotidiana, a fim de trazer contribuições aos demais profissionais e segmentos envolvidos com a questão do envelhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, não teve a pretensão de delinear conclusões definitivas, por se tratar de um processo ainda em construção, e desenvolvido por constantes transformações. Tivemos como objetivo analisar o perfil do idoso participante no Curso de Monitores da Ação Gerontológica, dentro do Núcleo de Estudos da Terceira Idade – NETI, órgão vinculado à Pró Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, bem como, o trabalho do Assistente Social.

Assim, chegamos a parte final deste estudo com a intenção de resgatar algumas considerações a partir de reflexões desencadeadas no decorrer da construção do trabalho.

Portanto, após o período de estágio, bem como as bibliografias utilizadas, ficou-nos evidente que durante muitos anos, o Brasil projetou-se como um país eminentemente jovem. A estrutura demográfica representava uma base ampla e um cimo reduzido, representando a população idosa. Na modalidade dos tempos, experimenta o país uma transição demográfica, criando uma nova imagem, com redução da base e ampliação do ápice, indicando o envelhecimento da população.

Com o aumento da expectativa de vida, o idoso enfrenta algumas mudanças, positivas e negativas em relação ao tempo livre adquirido. Negativas, por sentirem-se ainda desvalorizados, tanto pela família como pela sociedade, sabendo que estão em plena capacidade de exercer diversas atividades, que talvez, não físicas, mas intelectuais; e as positivas referem-se à disponibilidade de se dedicar a outras atividades de seu interesse, desprendendo-se da responsabilidade do trabalho.

Mas há de se convir, que nos últimos anos, a sociedade brasileira tem identificado a realidade e a dimensão do processo de envelhecimento. As oportunidades e os espaços sócio-culturais estão mais numerosos e diversificados.

Hoje as perspectivas de envolvimento e contribuição do idoso se ampliaram significativamente. O idoso está consciente de que é preciso se informar, entender as transformações, acompanhar a realidade atual, estar receptivo para as novas experiências e refletir sobre a importância de conservar a mente e o corpo em atividade permanente.

Os idosos que participam do Curso, demonstram essa consciência, além de um nível maior de segurança pessoal e, sobretudo, uma consciência sólida sobre a questão do envelhecimento e dos seus direitos como idoso. De certo modo, tiram o real proveito da experiência acumulada e das conquistas já alcançadas. Mostram-se libertos de certos preconceitos, vivem com mais independência de atitudes, de gestos, de formas de pensar. Cultivam interesse pela aprendizagem, pela política e pela vida. Assumem-se com a idade atual e buscam equilíbrio afetivo-emocional. Mesmo porque, sabemos que quanto maior o nível intelectual de um indivíduo, mais suas atividades permanecem ricas e variadas. Essa afirmação foi constatada facilmente nas observações feitas pelos membros do grupo, e evidenciadas também durante a aplicação do questionário. Ao se engajarem nesse processo educacional, realizam potencialidades e melhoram a imagem social da velhice.

O fato de ter mais idade, de ter-se aposentado não deve implicar a demissão da vida e o começo da morte. Bem longe disso, deve significar a mudança de atividades, a preparação no sentido de aceitar que as atividades serão diferentes e, de maneira alguma, aceitar a idéia de não ter atividade.

Com melhores condições de vida, resultado dos avanços tecnológicos e da medicina, o homem conseguiu acrescentar anos à vida, e tem hoje o desafio de acrescentar vida, à esses anos, pois a vida oferece-nos opções e precisamos saber qual escolher. Preparar-se para a velhice significa pensar em novas atividades que poderão ser exercidas, pensar em uma nova vida, integrada na vida social. O reconhecimento do valor da vida, solicita a urgência e a necessidade da atuação, com um nível de envolvimento pessoal.

Evidencia-se assim, que o processo de envelhecimento faz parte de nossa experiência enquanto ser vivo. É uma fase natural da vida, como o nascimento, o crescimento, o amadurecimento e a morte, apesar de inicialmente, identificar-se como uma seqüência de mudanças biológicas; mas reflete muito mais sobre outras dimensões de natureza psicológica, social, econômica, histórica e cultural, muitas vezes, até com maior intensidade e significação.

Portanto, temos que compreender a velhice como uma fase da vida caracterizada por mudanças de ordem biopsicossociais, que afetam as relações do indivíduo com o meio social. O que, entretanto, não significa apenas declínio, muito pelo contrário, supõe muitas vezes, a realização de conquistas. Conquistas estas, que têm também como intermediário, o Assistente Social, conforme já vimos durante todo o processo desse trabalho; pautado necessariamente no diálogo, na aceitação e na verdadeira participação.

Entendemos que quanto mais nos conhecemos, mais facilmente conseguiremos compreender as outras pessoas e com elas estabelecer um relacionamento saudável. Existe dentro de cada ser humano, uma necessidade inata de relacionar-se, de estar com os outros; isso é algo imprescindível no processo de evolução, pois somos seres sociais interagindo com o que os outros sentem, pensam e fazem. Ao mesmo tempo, que o inter-relacionamento é vital e essencial para dar significado a nossa existência, ele também pode ser bastante difícil de ser realizado, pois não depende somente de nós, o que muitas vezes acaba em conflito. Para efetuar um bom relacionamento, precisamos aceitar a opinião das outras pessoas, saber ouvir, sermos humildes, sem prepotência.

Para além disso, aceitar o outro não significa com ele sempre concordar, pois assim corremos o risco de perdermos nossa própria identidade e personalidade. Aceitar o outro significa dar a ele a oportunidade de se expressar, de manifestar sua opinião e seus sentimentos, sem julgá-lo, deixando-o ser o que realmente ele é. Isso exige de nós bastante

maturidade e equilíbrio, pois significa romper com valores e preconceitos que internalizamos durante nossa vida.

Por isso, enquanto profissionais de Serviço Social, através do diálogo, devemos permitir que o idoso se coloque enquanto pessoa, tendo oportunidade de agir e refletir, pois assim, poderá transformar-se, despertando um nível maior de consciência social e garantindo seu espaço de participação, enquanto cidadão.

Entendemos, que a verdadeira essência da participação, possibilita o conhecimento de uma nova realidade; esse reconhecimento permite a percepção de si mesmo e do outro; de uma nova compreensão de vida e de existência; esta também capacita as pessoas a se integrarem no mundo social; a crescerem bio-psico-socialmente; permite a presença da autodeterminação, onde pode exercer suas potencialidades de escolhas, tanto pessoais, quanto grupais; revela através de suas ações e reflexões; a conscientização crítica; e a autonomia, muitas vezes ofuscada ou esquecida.

Portanto, é de suma importância, que o Assistente Social esteja atento a essa necessidade dos idosos, fazendo-a cumprir-se, assumindo, portanto, o compromisso de acompanhar cuidadosamente a legislação vigente, para que sempre mais possa mobilizar ações a este segmento da população, que ainda são muito precárias, diante da realidade da demanda, e da dissonância entre determinados projetos de lei e a proposta imposta pela perspectiva neoliberal.

É preciso, portanto, ter claro, que com o processo de descentralização, o papel do Estado agora é o de assessoria e acompanhamento dos estados e municípios, de forma que eles possam assumir os cidadãos que nele residem, repassando verbas para a execução de programas considerados prioritários.

A função do Estado até então, era de “interventor” nos programas de assistência social, independente da necessidade do usuário. Sua função agora, é de fomentador da participação democrática, do reordenamento do atendimento, da garantia de direito.

Mesmo sendo um processo novo para o Estado, que previa a sua ação, distribuindo pequenos e pulverizados convênios, que não atendem a demanda, é um processo novo também para a sociedade civil, que necessita se organizar e propor programas que atendam a necessidade do usuário e formas eficazes de atendê-las.

Esta é, também, uma nova visão para o Assistente Social, que deixa de lidar com o centralismo do Estado e passa a lidar com o usuário, novo sujeito que entra em cena como parceiro na consecução das políticas sociais.

Sendo assim, deixamos como sugestão para o Serviço Social que tenha essa visão globalizante da realidade que cerca a problemática social, localizando-a no espaço e na história, de forma a apreendê-la na totalidade de suas relações, para poder atuar com eficiência, contextualizar a problemática e ligá-la às diversas tramas sociais que dão suporte à prática. Essa nova visão deve, portanto, priorizar ações que formem e fortaleçam essa rede de sustentação.

Sugerimos também, que reflita sua prática, avaliando seus limites, buscando inaugurar outras ações interventivas, para que sua intencionalidade seja alcançada. Que nesse caminho, continue produzindo conhecimentos e socializando as experiências da prática cotidiana, a fim de trazer contribuições aos demais profissionais e segmentos envolvidos com a questão do envelhecimento.

Sugerimos, portanto ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade, que reflita sobre a verdadeira essência de sua atuação, estimulando sempre a presença de estagiários, como soma, como contribuição, nesse espaço que se configura como processo de participação, autodeterminação e cidadania.

Esperamos também, que este núcleo, leve em conta, de forma positiva, nossa reflexão, no sentido de perceber, que há uma carência nos grupos, de intervenção constante de um profissional de Serviço Social, não só a nível intelectual, mas também, a nível afetivo e da ação.

E ao Departamento de Serviço Social, é de extrema e urgente necessidade a retomada da disciplina, no currículo escolar, que enfoque o trabalho do Serviço Social sobre o processo de envelhecimento, bem como, possibilitar a instauração do debate acerca da temática da Terceira Idade, tendo em vista apresentar-se na atualidade como uma das questões sociais mais emergentes.

Por fim, levar a categoria como um todo, a assumir as práticas junto à Terceira idade, visando assim, uma melhor capacitação dos profissionais e acadêmicos.

E, para finalizar, gostaríamos de deixar também aqui registrado, que como em todo processo de aprendizado e descoberta, nosso caminhar, muitas vezes foi lento e difícil, causando-nos “angústias”, por não conseguir atuar da maneira como pretendíamos. Mas afinal, com muita maturidade e competência, entendemos que todo aprendizado é permeado de conquistas e fracassos, pois através dos erros e acertos, caminhamos no sentido de aprimorarmo-nos sempre mais, não só profissionalmente, mas também, como pessoa. Eis o desafio!

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Nilza. **Cultura e Maturidade**. A Terceira Idade. São Paulo, v.11, n. 20, p. 41-55, ago. 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução Maria Helena Franco Monteiro Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERQUÓ, E. Pirâmide da Solidão. Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Águas de São Pedro. A.B.E.P. 1986 .
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Coletânea de Leis**: 12. Região Gestão 1996/1999, Santa Catarina.
- BUSSINGER, Vanda Valadão. Fundamentos dos Direitos Humanos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v 18, n. 53, p. 9–45, mar./1997.
- CALDERON, Adolfo Ignácio, GUIMARÃES Rosamélia S. Família: A Crise de Um Modelo Hegemônico. **Revista Serviço Social E Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 46, p 21. 34, dez./1994.
- CASTRO, Graziela Beatriz. **Relação de Ajuda e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1985. 96p.
- CYSNE, Regina Maria e NUERBERG, Joanilda. **Promoção Social do Idoso no Ribeirão da Ilha**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1979.
- DEBERT, Guita Grim. Desbravando fronteiras e redefinindo padrões: IDOSOS: dignidade, cidadania, utopia. **Revista Tempo e Presença**. São Paulo, v. 14, n.264, jul./ago., 1992.
- D'AMARAL, M.T.. Esboço Inicial de uma Neologia da Transdisciplinariedade. **Revista Tempo Brasileiro**, v.1. NC 1Rio de Janeiro, 1992.
- Debate CRESS-CE. **O Serviço Social na Contemporaniedade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: 1997.

DEMARCHI, Silveira Adair e LUCAS, Feldeberg Vismara. **O Serviço Social Frente à Questão: Velhice ou Vida?** (Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

DEMO, Pedro. **Desenvolvimento e Política Social**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1978.

_____, Pedro. **Ciências Sociais e Qualidade**. São Paulo: Almeida, 1985, cap. 6, p. 111-132.

DICINÁRIO SILVEIRA BUENO, São Paulo: FTD: LISA, 1996.

FALEIROS, Vicente Paula de. **A Política Social do Estado Capitalista**: as funções da Previdência e da Assistência Social. São Paulo : Cortez, 1995.

_____, Vicente Paula de. Serviço Social: questões presentes para o futuro. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XVII, N. 50, abril, 1996.

FERNANDES, et al. **Política para a Terceira Idade nos anos 90**: "o idoso na sociedade atual". Brasília. Seminário Nacional. Associação Nacional de Gerontologia, 1989.

FRAIMAN, Ana Pervein. **Coisas da Idade**. 2. ed. São Paulo: 1991.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. 3.ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102p..

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 218p..

FREYRE, Gilberto. **O Idoso Válido como uma Descoberta da Nossa Época**. Ciência e tropico. Recife: v. 5, n.1, p. 65-76.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas**: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989. 206p.

GOLDANI, Ana Maria. **As Famílias Brasileiras**: mudanças e perspectivas. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 91, p. 7-22, Nov. 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1997.

_____, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** - Esboço de uma interpretação histórica- metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____, Marilda Vilela. **O Serviço na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais (2000). Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A Invenção Social da Velhice**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989. 125p.

MELLO, Orfelina Vieira. **Espiritualidade na Terceira e Melhor Idade**. Passo Fundo: P.Berthier, 1992. 150p..

_____. **O idoso cidadão**. São Paulo: AM edições, 1996.

MENEGASSO, Maria Éster. **Entrevista (textos para fins didáticos) Disciplina Processo de trabalho III – UFSC**. Florianópolis, 2000. 2 p. (Texto não publicado).

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família e Serviço Social**: contribuições para o debate. Serviço Social e Sociedade. nº 55, Cortez, 1997.

MONDIM, Batista. **O Homem, quem é ele?** 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1986, 319p.

MOUNIER, Emmanuel. **O personalismo**. Tradução: João de Bernard da Costa. Santos: Martins Fontes, 1964. 210 p.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social Frente ao Neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. In: **Congresso Universitário Internacional de Trabalho Social**. Tradução Iolanda Guerra. São José da Costa Rica, 1996..

MINAYO, Maria Cecília de S. **Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. São Paulo: Humanismo, 1994.

_____. **Pesquisa Social**. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MOSQUERA, Juan. **Vida Adulta**: personalidade e desenvolvimento. Porto Alegre: SULINA, 1978. 248p.

NERI, Anita Rodrigues. "Chinelo velho para pé cansado". In: **Idosos: dignidade, cidadania, utopia**. Revista Tempo e Presença. São Paulo, V.14,n.264, julho/agosto. 1992.

NETI. **15 Anos**. Florianópolis: UFSC. 1997. (FOLDER)

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Assistência Social**: do discurso do estado a prática do Serviço Social. 2. ed. Revisada. Florianópolis: UFSC, 1996.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O Princípio de autodeterminação no Serviço Social**; visão fenomenológica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 104p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Programa de Atenção à Terceira Idade**. Florianópolis. 1998. (FOLDER)

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

RAMOS, LR et al. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. **Revista Saúde Pública**, 21(3) : 211- 24, 1987.

ROGERS, Carl Ranson. **A pessoa como centro**. Tradução Rachel L. Rosenberg. São Paulo: EPU, 1997. 228p.

RÚDIO, Franz Victor. **Compreensão humana e ajuda ao outro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SALGADO, M.A. **Velhice, uma nova questão social**. 2. ed. São Paulo: SESC-CETI, 1992.

SCHIMITZ, Fabíola Andrade. **Representatividade do idoso no Conselho Estadual de Santa Catarina**: uma questão em análise. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço social Florianópolis: UNIVESIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1995.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL I: uma agenda para o final do século. **Anais** Brasília:MPAS.SAS, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Pessoa e existência**: iniciação ao personalismo de Emmanuel Mounier. São Paulo: Cortez, 1983. 158p.

SILVA, Cristiane da. **Tematizando a relação idoso e voluntário na busca da construção da cidadania**. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Florianópolis: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1998.

SKINER, B. F. , VAUGHAN, M. E. **Viva bem a velhice**: aprendendo a programar a sua vida. Tradução Anita Liberalesco Néri. 3. ed. São Paulo: Sumus, 1985.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1993.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira de, et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1985.

STEFANI, Ernesto Daniel. **A profissão do homem é de ultrapassar-se**. Veritas, v. 31, n 123, p. 321-325, set.1986.

STOLFO, Odila. Et al. **Lazer**: qualidade de vida na terceira idade. Passo Fundo: UPF, 1994.

STEIN, Rosa Helena. A descentralização política e suas controvérsias. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Revisão teórico conceitual.. n. 54. São Paulo: Cortez, 1997.

WOJTLA, Karol, **Persona y Accion**, Tradición Jesús Fernández Zulaica. Madrid: BAC, 1982. Cap. 7.

YASBEC, Maria Carmelita. As Ong's e a Realidade Brasileira. In: **Cadernos da Abong**. 4. Políticas de Assistência Social. out. 1995.

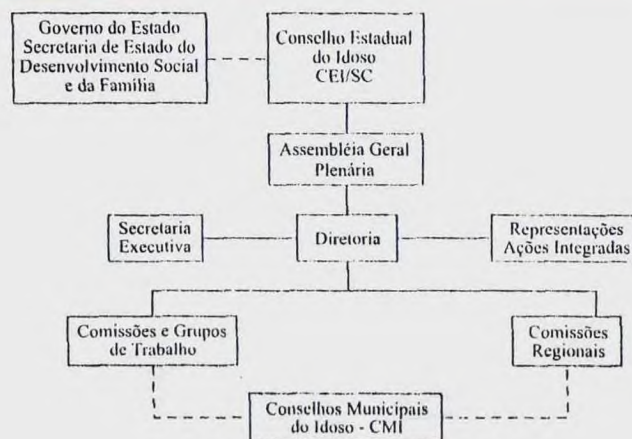
ANEXOS

Anexo A – Folder do Conselho Estadual do IDOSO - CEI

- Secretaria de Estado da Casa Civil
- Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
- Secretaria de Estado da Saúde
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família
- Secretaria de Estado da Educação e do Desporto
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul/Santur
- Secretaria de Estado da Administração/Ipesc
- Gabinete do Governador/Celesc
- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/Neti
- Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc – Geti
- Instituto Nacional de Seguro Social/ Superintendência de Santa Catarina
- Ministério da Previdência e Assistência Social/ Representação de Santa Catarina

- Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional de Santa Catarina – OAB
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Regional Sul-IV – CNBB
- Conselho Regional de Serviço Social/12ª Regional – Cress
- Representação das Igrejas Evangélicas
- Federação Espírita Catarinense
- Associação de Entidades Filantrópicas de Santa Catarina.

Organograma CEI/SC



Conselho Estadual do Idoso - CEI/SC
Rua Trajano, 168 - Edifício Berenhausen, 3º andar
88010-010 Florianópolis, Santa Catarina
Fone/fax (048) 222-8932



Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina

IDOSO

Cidadão de direito

*Escrevendo a
sua
história*

Conheça seu Conselho

É um órgão de deliberação coletiva, formulador de políticas e controlador das ações de atendimento ao idoso. Criado pela **Lei nº 8.072, de 25/9/1990**, com área de ação em todo o Estado de Santa Catarina, encontra-se vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família.

Composição

Como órgão paritário, é composto por 26 conselheiros titulares e 26 suplentes designados pelo governador do Estado, sendo 50% representando as organizações governamentais – OGs e 50%, as não-governamentais – ONGs.

Como é regido o CEI/SC

O CEI/SC possui um Regimento Interno aprovado pelo Conselho e homologado pelo **Decreto nº 1.831, de 13/5/1997**, do governador do Estado. Possui várias instâncias democráticas de organização:

- Assembléia Geral
- Diretoria
- Grupos de trabalho
- Comissões regionais.

Toda a estrutura do CEI/SC é apoiada por uma equipe de pessoal, além de apoio técnico, administrativo e financeiro em um sistema integrado, composto de OGs e ONGs integrantes do Conselho.

- O idoso é detentor de todos os direitos de cidadania.
- O idoso é o principal agente e depositário das transformações a serem efetivadas através do atendimento e das políticas do idoso.
- O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral e não apenas ao idoso.

Algumas diretrizes do CEI/SC (Lei estadual nº 11.436, de 7/6/2000)

- Viabilizar a Lei nº 8.842/1994 – Política Nacional do Idoso – em Santa Catarina.
- Atuar de forma integrada respeitando as particularidades regionais e municipais.
- Viabilizar a elaboração e implementação do Plano Integrado dos Direitos do Idoso em Santa Catarina.
- Articular-se com os órgãos integrantes do CEI/SC e outros para garantia de parcerias e de recursos humanos, materiais e financeiros para a Política Estadual do Idoso, tanto na área urbana quanto na rural.

Não asilar

- Família natural
- Família acolhedora
- Residência temporária
- Centro-dia
- Centro de convivência
- Casa-lar
- República
- Atendimento integral institucional
- Assistência domiciliar/atendimento domiciliar

Asilar

Atendimento em regime de internato ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover a própria subsistência, de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, saúde e convivência social.

A assistência na modalidade de asilar ocorre no caso de inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da família.

Anexo B – Folder do Programa de Atenção à Terceira Idade - PROATI

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS iniciou sua atuação junto à Terceira Idade em 1979, através da formação e organização de Grupos de Convivência. Ao longo desse tempo, houve a expansão do atendimento, abrangendo várias comunidades, bem como o redimensionamento de suas ações.

Sensibilizado com as questões afetas ao processo de envelhecimento, e levando em conta o aumento significativo da expectativa de vida, o Poder Público vem percebendo a necessidade de ampliação e implementação de uma prática social que responda às aspirações e expectativas da população idosa, garantindo-lhe uma vida com qualidade.

O PROGRAMA DE ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE, desenvolvido pela Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, vinculado aos Departamento de Desenvolvimento Social / Divisão de Assistência Pública e Cidadania e Departamento de Ações de Saúde, tem por objetivo proporcionar à população idosa de Florianópolis atenção à saúde, espaços de convívio, aprendizagem e lazer, contribuindo para sua conscientização, estimulando o idoso a participar de todas as etapas de sua vida enquanto cidadão.

MISSÃO:

"Promover o desenvolvimento bio-psico-social do idoso, oportunizando ao mesmo a melhoria na qualidade de vida, sua valorização, a ampliação do seu nível de consciência e conseqüente organização social."

PROJETOS

1 - Organização e Dinamização de Grupos de Convivência Para a Terceira Idade.

É viabilizado através de grupos, na própria comunidade, com o desenvolvimento de atividades ocupacionais (artesanato), sócio-educativas, físico-recreativas e, na Policlínica II - Estreito, com grupos educativos de prevenção à diabetes, hipertensão arterial, osteoporose e outras doenças crônico-degenerativas, além de grupos de orientação nutricional.

2 - Organização e Apoio às Práticas Culturais e de Lazer Para a Terceira Idade.

É dirigido aos idosos do município de Florianópolis (SC) e desenvolvido através da promoção de eventos sócio-culturais e de lazer. Em algumas oportunidades, são realizados em parceria com outras instituições e classificados como fixos e eventuais, tais como: encontros, cinema, bailes, gincanas, teatro, festivais, concursos, palestras, viagens, Mostra de Ações voltadas à Terceira Idade.

OUTRAS ATIVIDADES

- ✓ Organiza e participa, em parceria com outras Instituições, em Treinamentos e Encontros de Dinamizadores de Grupos de Idosos (técnicos, coordenadores e voluntariado) no município de Florianópolis (SC);
- ✓ Participa como representante do Município na Comissão do Idoso de Florianópolis (SC);
- ✓ Coordena a Comissão Municipal do Idoso de Florianópolis, visando a criação do Conselho Municipal do Idoso;
- ✓ Oportuniza a formação de Recursos Humanos, servindo de campo de estágio para os cursos de Serviço Social, Medicina, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição e Psicologia;
- ✓ Viabiliza o aprimoramento teórico / prático da equipe técnica, através da participação em cursos, eventos, seminários, congressos e conferências;
- ✓ Oportuniza campo para realização de estudos e pesquisas sobre questões voltadas à Terceira Idade.

NOVAS PROPOSTAS

- | | |
|--|---|
| 1 - Informativo da Terceira Idade | 5 - Central de Informações do Cidadão Idoso |
| 2 - Centro Integrado de Atendimento à Terceira Idade | 6 - Idoso é Família |
| 3 - Cartilha: "Idoso: Cidadão de Direitos" | 7 - Alfabetização para a Terceira Idade |
| 4 - Ampliação dos Espaços Asilares | 8 - Criação do Conselho Municipal do Idoso |

Anexo C – Folder do Conselho Municipal do Idoso - CMI



Apoio
Secretaria Municipal de
Habitação Trabalho e
Desenvolvimento Social.

**Conselho
Municipal
do Idoso
de Florianópolis**

2001



Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis
Rua Campolino Alves, 305 Capoeiras Florianópolis / SC
CEP 88.085-110 - Fone: (048) 248 - 1355

- E um órgão de deliberação coletiva, formulador de Políticas e controlador das ações de atendimento ao idoso.

- Criado pela Lei Municipal nº 5371 em 24/09/1998, com área de atuação no Município de Florianópolis, encontra-se vinculado à Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.

Composição

Como órgão paritário, é composto por 16 membros, sendo:

- Oito (08) Conselheiros Titulares e respectivos Suplentes, representantes dos Órgãos Governamentais-OGs.

- Oito (08) Conselheiros Titulares e respectivos Suplentes, eleitos em fórum próprio, representantes das Organizações Não Governamentais-ONGs.

Como é Regido

O Regimento Interno, aprovado pelo Conselho e homologado pelo Decreto nº 691 de 22/11/2000, da Prefeitura de Florianópolis, estabelece sua estrutura e procedimentos

- Possui como instâncias de Organização Interna.

- Plenária
- Mesa Diretora
- Comissões Temáticas
- Secretaria Executiva

- Ter o idoso como principal agente e destinatário das transformações a serem efetivadas através das políticas a ele destinadas.

- Assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania.

- Garantir sua participação na comunidade, defender sua dignidade e bem estar, bem como o direito à vida.

- Ser, o processo de envelhecimento, objeto de conhecimento e informação da sociedade em geral.

Composição atual

Organizações Governamentais

- Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social
 - Área de Assistência Social
 - Área de Trabalho
 - Área de Habitação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte
- Câmara Municipal de Florianópolis (02 vagas)

Organizações Não Governamentais.

- Sociedade Espírita de Recuperação Trabalho e Educação - SERTE
- Associação Nacional de Gerontologia - ANG/SC
- Serviço Social do Comércio - SESC
- Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social da Granfpolis - ASAPREV
- Associação Comunitária Jardim Sta Mônica - ACOJAR.
- Conselho Regional Serviço Social CRESS - 12ª Região
- Associação de Resgate à Cultura Açoriana - ARCA
- Grupo de Idosos Nossa Senhora de Fátima.

Anexo D – Folder do Núcleo de Estudos da Terceira Idade - NETI

REATRIBUINDO

Atender psicoterapeuticamente pessoas com 50 anos ou mais, assim como proporcionar às estagiárias treino básico em psicologia clínica com pacientes de meia idade e idosos.

Duração : 2 semestres com um encontro semanal.

INTERCÂMBIO COMUNITÁRIO EM GERONTOLOGIA

Contribuir na implantação e implementação de programas gerontológicos junto as prefeituras que acatarem o programa. Específico para egressos do CFMAG.

GRUPO DE CONVIVÊNCIA 5 DE MAIO

Possibilita o desenvolvimento da autonomia conscientizando o idoso do seu valor de pessoa na vida, no grupo, na família e na comunidade.

ATIVIDADES RESULTANTES DA AÇÃO DO NETI

AMAG – Associação de Monitores da Ação Gerontológica

CENETI – Centro de Estudantes do NETI

GAL – Grupo de Apoio a Longevidade

Associação dos Artesãos do NETI

Núcleo de Estudos da Terceira Idade NETI/PRCE/UFSC

Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476 – CEP 88040-900
Florianópolis - SC

Fone: (0xx48)331 9445

Fax: (0xx48) 331 9909

neti@daex.ufsc.br

2002

Equipe operacional do NETI

Coordenação: Jussara Bayer.

- Angela Maria Alvarez
- Eloá A. Calliari Vahl
- Lúcia H. Takase Gonçalves
- Maria Cecília Godtsfriedt
- Matilde Vieira
- Mônica Joesting Siedler
- Virginia Grünwald

Apoio administrativo:

- Geracema F. de Assunção
- Graciele Nunes de Cisne
- Miriam Terezinha Sardá e Amorim

O Núcleo conta com professores colaboradores que coordenam algumas atividades:

- Elfried Kalvelage
- Emiliana M. S. C. da Silva
- Maria-Alexandra C. da Silva
- Maria de Lourdes de F. Souza
- Nancy Miller
- Walmor Cardoso da Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE/NETI



NETI/PRCE/UFSC

PRINCÍPIOS:

- a) Visão do homem como ser que se realiza no mundo;
- b) O homem tem possibilidade de aprender durante toda a sua existência;
- c) A valorização da pessoa idosa se concretiza no reconhecimento de seu potencial e no incentivo ao seu engajamento responsável e participativo na sociedade;
- d) O idoso despertado para a ação renovadora na área gerontológica é o agente por excelência para colaborar no equacionamento das questões sociais brasileiras.

OBJETIVOS:

- 1. Ampliar e sistematizar o conhecimento da gerontologia;
- 2. Formar recursos humanos nos diversos níveis;
- 3. Manter atividades interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão;
- 4. Divulgar e desenvolver ações institucionais e interinstitucionais;
- 5. Assessorar entidades na organização de programas de valorização do idoso;
- 6. Oferecer subsídios para uma política de resgate do papel do idoso na sociedade brasileira.

MISSÃO

Colocar o conhecimento da gerontologia à disposição da comunidade, desenvolvendo estudos e pesquisas, inserindo e promovendo as pessoas da terceira idade no meio acadêmico como sujeito em transformação e transformador, tornando o NETI um órgão complementar na estrutura da UFSC.

CURSOS E ATIVIDADES

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERONTOLOGIA

Capacitar profissionais de uma ampla gama de carreiras que se interligam ao campo da população idosa brasileira e comprometida a responder aos desafios futuros.

Duração: 2 semestres com aulas semanais às sextas-feiras e sábados.

CURSO DE FORMAÇÃO DE MONITORES DA AÇÃO GERONTOLÓGICA

Promover o desenvolvimento, a integração social e comunitária das pessoas da terceira idade, através da qualificação estimulando a criação de novos conhecimentos

Duração: 6 semestres com duas aulas semanais.

OS AVÓS NA UNIVERSIDADE

Evidenciar como se define atualmente o papel dos avós, na ótica de uma multiplicidade de aspectos que se relacionam a si mesmos, ao tempo e aos outros.

Duração: 3 semestres com uma aula semanal.

CONTADORES DE HISTÓRIA

Capacitar os alunos com habilidades necessárias para tornar-se um contador de histórias.

Duração: 2 semestres com um encontro semanal.

INGLÊS

Proporcionar às pessoas de terceira idade a aprendizagem de expressões e estruturas básicas de inglês.

Duração: 2 semestres com duas aulas semanais.

GRUPO DE CRESCIMENTO PESSOAL I

Reunir pessoas para crescerem juntas; o idoso trabalha seus problemas existenciais procurando descobrir sua própria maneira de construir soluções.

Duração: 2 semestres com um encontro semanal.

GRUPO DE CRESCIMENTO PESSOAL II

Ampliar o desenvolvimento do crescimento I dentro de uma visão holística.

Duração: 4 semestres com um encontro semanal.

GRUPO DE CRESCIMENTO PESSOAL III

Estimular e apoiar nos seus componentes a iniciativa na proposição e desenvolvimento de projetos informais para a melhoria do grupo.

CINEDEBATE EM GERONTOLOGIA

Treinar a percepção global do enredo, observando a progressão do tema, realizando a síntese do mesmo; habituando à crítica através da formulação de opinião pessoal.

Duração: 1 semestre com um encontro semanal.

GRUPOS DE ENCONTRO

Acentuar o desenvolvimento pessoal, o aperfeiçoamento da comunicação e relações interpessoais através de um processo experiencial; visa fortalecer os laços afetivos, estabelecer novos laços e encorajar novas experiências sociais.

Duração: 1 semestre com um encontro semanal.

GRUPO DE ESTUDOS E INTERAÇÕES HUMANAS

Aprofundar conhecimentos sobre o processo das interações humanas, visando a adaptação satisfatória do aluno, através de mudanças comportamentais e de relacionamento.

Duração: 2 semestres com um encontro semanal.

**Anexo E – Folder do Curso de Formação de Monitores
da Ação Gerontológica - CFMAG**

CATARINA
PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA
IDADE



NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE/NETI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA/UFSC
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE
CAIXA POSTAL 476 - CEP 88040-900
FLORIANÓPOLIS - SC
FONE: (048) 231-9445/231-9909
FAX: (048) 234-4069



**CURSO DE FORMAÇÃO DE
MONITORES DA AÇÃO
GERONTOLÓGICA**

**MANUAL
DO ALUNO**

O ensino superior do Estado de Santa Catarina iniciou-se com a criação da Faculdade de Direito, em 11 de fevereiro de 1932. Organizada inicialmente como instituto livre, foi oficializada por Decreto Estadual em 1935.

Na Faculdade de Direito germinou e nasceu a idéia da criação de uma Universidade que reunisse todas as Faculdades então existentes na Capital do Estado.

Pela Lei n. 3.849, de 18 de dezembro de 1960, foi criada a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, reunindo as Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Escola de Engenharia Industrial, sendo oficialmente instalada em 12 de março de 1962. Posteriormente, iniciava-se a construção do "campus" na ex-fazenda modelo "Assis Brasil", localizada no Bairro da Trindade, doada à União pelo Governo do Estado (Lei n. 2.664, de 20 de janeiro de 1961).

Com a reforma universitária, foram extintas as Faculdades e a Universidade adquiriu a atual estrutura didática e administrativa (Decreto n. 64.824, de 15 de julho de 1969).

Possui a UFSC 58 Departamentos de Ensino e 1 Coordenadoria Especial, os quais integram 11 Unidades Universitárias. São oferecidos 28 Cursos de Graduação com 56 habilitações, nos quais estão matriculados 36.046 alunos. Oferece ainda, 11 Cursos de Doutorado e 34 Cursos de Mestrado.

O Campus Universitário, atualmente integrado por cerca de 20.000 pessoas, dispõe de uma infra-estrutura que permite funcionar como uma cidade qualquer. Além de uma Prefeitura responsável pela Administração do "Campus", há órgãos de prestação de serviços, hospital, gráfica, biblioteca, creches, centro olímpico, editora, bares e restaurantes, teatro experimental, horto botânico, museu, área de lazer e um Centro de Convivência com agências bancárias, serviço de correio e telégrafo, auditório, bar-restaurant, salões de beleza (masculino e feminino), sala de meios e cooperativas de livros e de material escolar.

Numa área de um milhão de metros quadrados temos 124.101 metros quadrados de área construída. A esta área do "campus" foram acrescidos dois milhões de metros quadrados representados por manguezais que servem para a pesquisa e preservação de espécies marinhas, a UFSC, em 1979, obteve a concessão da Ilha de Anhatomirim, com uma área de 45.000 metros quadrados. Nela está instalado o Núcleo de Estudos do Mar, que tem como objetivo a guarda e tutela do patrimônio histórico da ilha, e a pesquisa e extensão em Ciências.

As ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina - NETI/UFSC desde sua criação em 1982, vêm sendo constantemente reavaliadas, o que faculta uma melhor prestação de serviços à população idosa. Dentro deste princípio, a partir de 1984 foram iniciadas as primeiras atividades de educação permanente com a realização de um curso sobre o folclore da Ilha de Santa Catarina. Em 1986 foram desenvolvidos cursos de extensão que obtiveram grande aceitação da comunidade. A experiência teve continuidade em 1987 e 1988. Em 1989 uma nova modalidade foi realizada. A proposta objetivava conhecer o interesse e disponibilidade do idoso por atividade de educação continuada, já com algum comprometimento com a questão da velhice.

O grupo que foi programado para um semestre foi ampliado em mais um semestre devido ao grande interesse dos participantes. Todas essas experiências influenciaram na tomada de decisão da equipe técnica do NETI, que em 1990 resolveu formular o projeto de um "Curso de Monitores da Ação Gerontológica" que foi submetido à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC que o aprovou na íntegra.

O "Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica" é uma nova proposta de ensino desenvolvida na UFSC. É um curso de Extensão Universitária de longa duração, destinado exclusivamente aos maiores de 50 anos de idade, ou menos, se ocorrerem vagas.

A existência do Curso confirma o interesse que a UFSC vem demonstrando em participar efetivamente do esforço nacional em prol de um envelhecimento sadio. Pela produção de conhecimentos da Gerontologia, pela valorização do potencial dos idosos socialmente produtivos, pela promoção de idosos que adquirem e transmitem conhecimentos à sociedade, a UFSC, através deste Curso desencadeia um processo educacional em que o próprio idoso agencia a história.

A expectativa de vida do povo brasileiro vem aumentando consideravelmente no sul do país. Diante dessa nova realidade nada mais justo que a UFSC envie esforços abrindo espaços para que esse novo contingente populacional possa usufruir dos bens gerados pela própria Universidade. É uma nova modalidade de ocupação do tempo livre quando o idoso além de aprender para si é estimulado a tornar-se um elemento multiplicador da ação na área gerontológica.

Os alunos do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica regularmente matriculados deverão obedecer as seguintes normas que regem o funcionamento do referido curso:

1. Da autorização do funcionamento do Curso;
2. Da Estrutura do Curso;
3. Da Matrícula;
4. Da Frequência e Aproveitamento;
5. Do Trancamento;
6. Do Retorno;
7. Do Cancelamento;
8. Das Práticas Obrigatórias
9. Das Disposições Transitórias;
10. Das Disposições Gerais;
11. Da Conclusão do Curso.

1. Da Autorização do Funcionamento do Curso

O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica foi autorizado pela Câmara de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina através do Parecer nº 028/CPE/90.

2. Da Estrutura do Curso_____

O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica é estruturado em 6 (seis) semestres sendo o currículo composto das seguintes disciplinas: Filosofia, Psicologia, Sociologia, Noções de Direito, Noções de Gerontologia, Ação Comunitária, Dinâmica de Grupo, Saúde, Antropologia, Metodologia da Ação Gerontológica e Estágio.

cada disciplina pertax 2 créditos (30 horas), exceto o estágio que tem 4 créditos.

O total de horas/aula é a de 450 contando com as atividades complementares.

3. Da Matrícula_____

A matrícula será feita por semestre na Secretaria do NETI, nos períodos fixados pelo NETI.

Ao ingressar no Curso o aluno será matriculado em todo o conjunto de disciplinas que compõem a primeira fase do curso.

4. Da Frequência e Aproveitamento_____

A verificação do aproveitamento nos estudos será feita através da avaliação da proposta concreta de atuação na comunidade, que cada aluno deverá apresentar no final do curso.

O aluno que, por motivo justificado, não entregar a proposta concreta de atuação na comunidade no prazo determinado, comunicará por escrito o fato ao NETI, dentro de 07 (sete) dias úteis, recebendo provisoriamente um novo prazo para apresentação da mesma.

É obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina. O aluno que não comparecer 75% no mínimo, das aulas e demais atividades escolares programadas para o Curso, poderá recuperá-los no semestre posterior, desde que em acordo com o professor da mesma.

A verificação da frequência deverá ser conferida pela Lista de Frequência fornecida pelo NETI, devidamente rubricada pelo professor da disciplina.

A verificação do alcance dos objetivos em cada disciplina será realizada progressivamente durante o período letivo, através dos instrumentos previstos no projeto do Curso.

5. Do Trancamento_____

O aluno poderá solicitar trancamento por até 2 (dois) semestres, a partir da segunda fase, nas seguintes situações:

- a) por doença sua ou de seus familiares em 1º grau;
- b) mudança de cidade.

6. Do Retorno_____

Considera-se retorno o caso de ex-aluno do Curso em situação de abandono ou desistência. Todos os pedidos de retorno terão parecer conclusivo da Coordenadoria do Curso, em relação ao currículo a ser cumprido pelo aluno.

7. Do Cancelamento_____

O aluno que não alcançar a frequência mínima terá sua matrícula cancelada.

8. Das Práticas Obrigatórias

Durante o Curso serão oferecidas atividades extra-classe obrigatórias, destacando-se entre estas: Seminários, Palestras, Viagens de Estudo, Visitas à Instituições e Pesquisa de Campo.

9. Das Disposições Transitórias

Os alunos remanescentes do Curso, com matrícula trancada, cujos currículos já tenham sido extintos, ou estejam em processo de extinção ficarão sujeitos ao cumprimento dos currículos em vigor.

10. Das Disposições Gerais

a) O número inicial de vagas no Curso é fixado pela equipe técnica do NETI;

b) O NETI poderá estabelecer convênio com entidades interessadas na manutenção de alunos em vagas especiais;

c) O Curso se desenvolverá nas dependências do Centro Sócio-Econômico;

d) Os alunos regularmente matriculados receberão carteira de participante do NETI, que é válida não só nas dependências da UFSC, mas também aceita nas empresas de Transporte Coletivo, que fazem o percurso até o Campus da Universidade;

e) Os casos omissos serão resolvidos pela equipe técnica do NETI.

11. Da Conclusão do Curso

O aluno que integralizar o currículo do Curso receberá certificado de conclusão assinado pelo Pró-Reitor de Cultura e Extensão e pelos Coordenadores do Núcleo de Estudos da Terceira Idade e do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica e será registrado no Departamento de Apoio à Extensão.

12. Coordenação Geral

Coordenadora Geral do NETI - Prof^a. Neusa Mendes Guedes
Assistente Social

Coordenação do Curso - Prof^a. Maria Cecília A. Godtsfriedt
Assistente Social

Vice-Coordenação - Prof^a. Matilde Vieira
Assistente Social

Secretaria do Curso - Jussara Bayer
Lic. Letras
- Miriam Terezinha S. Amorim
M. A. G.

13. Corpo Docente Formado pela Equipe do NETI

13.1 Professores Regentes de Turma

Eloá Caliarí Vahl
Jussara Bayer
Matilde Vieira
Miriam Terezinha S. Amorim
Mônica Joesting Siedler
Maria Cecília Godtsfriedt

Mônica Joesting Siedler - Socióloga

14 Corpo Docente dos Demais Centros da UFSC_____

14.1 CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Depto de Filosofia

Prof. Léo Afonso Standt

Depto de Psicologia

Prof^a. Célia Iracema Kuerten Ribeiro

Prof^a. Virgínia Grünewald

Prof^a. Maria de Lourdes Freitas de Souza

Prof^a. Emiliana Maria C. da Silva

Prof. Valmor Cardoso da Silva

Depto de Ciências Sociais

Prof. Theophilos Risiotis

Prof. Aquilino Antonio dos Santos

14.2 CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Depto de Enfermagem

Prof^a. Angela Maria Alvarez

14.3 CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Depto de Direito Privado e Social

Prof. Marcio Campos

Anexo F – Programas das Disciplinas Acompanhadas

UFSC/PRCE/NETI
CURSO DE FORMAÇÃO DE MONITORES DA AÇÃO
GERONTOLÓGICA

DISCIPLINA : AÇÃO COMUNITÁRIA
PROFª. MARIA CECÍLIA ANTONIA GODTSFRIEDT
DIAS DE ENCONTRO :
MARÇO :14;21;28
ABRIL :04;11;18;25
MAIO :02;09;16;23
JUNHO :06;13;20;27

I-PROGRAMA BÁSICO / 2002/1

OBJETIVO : Oportunizar informações e situações que possibilitem aos alunos a aprendizagem dos conteúdos sobre Planejamento Social, propiciando uma criação reflexiva e participativa.

Capacitação instrumental técnica que os levará a transformar situações junto a realidade social e propriamente a elaboração de Plano, Projetos e Programas de Ação Comunitária com enfoque Gerontológico.

1.1.Desenvolvimento do Conceito de : ORGANIZAÇÃO; COMUNIDADE E ADMINISTRAÇÃO.

1.2. Conceituação de : TOMADA DE DECISÃO/ AÇÃO / EXECUÇÃO.

1.3. Natureza do Planejamento : Social e Participativo /
Conceituação/Vantagens/ Objeto de atuação/ função/ Níveis de Ação.

1.4. Metodologia do Planejamento

1.5. Definições : Planejamento; Plano; Projetos; Programa e Programações

2. REDE DE APOIO COMUNITÁRIO :

2.1. Instituição Social : Conceito/Definição : Espaço Institucional/ Estágio

2.2. Trabalho de Grupo: Teórico e Prático

2.3. Papéis Sociais : Conceito /Definições

3. PRÁTICAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA

3.1. Sondagens junto a Realidade Social/ Recorte/Reconhecimento

3.2. Depoimentos e Relatos de Experiências

4. ROTEIROS / APRENDIZAGEM :

ANEXO I; II; III; IV ; V e VI

II- APRENDIZAGEM : Afim de propiciar condições para atingir o comportamento desejado, propõe-se a utilização de :

- Exposição de Programa;
- Discussões e debates e sugestões;
- Participação individual e em grupos;
- Leitura de textos e dinâmicas de grupo

III – AVALIAÇÃO : Será contínua envolvendo as seguintes dimensões :

- Participação e contribuição em classe;
- Disponibilidade e desempenho para realização das tarefas individuais e em grupos;
- Acompanhar regularmente as atividades e dela participar no sentido de juntos atingirmos os objetivos propostos pela disciplina.

IV – ABERTO PARA SUGESTÕES: DO GRUPO

V- REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

- **ACOKFF**, Russel –Planejamento Empresarial . Col. Adm. E Gerencia Livros Técnicos e Científicos –Ed. S/S / RJ(17)
- **AMATO**, Munhoz- Planejamento Econômico – EBAPE/FGV/SP
- **BARBOSA**, Mário da Costa – Planejamento e Serviço Social – Ed. Cortez /SP
- **CHIAVENATO**, Idalberto – Recursos Humanos na Empresa Pessoas e Organização e Sistemas- Ed. Atlas /SP
- **MOSCOVICI**, Fela – Grupos de Encontro – Ed. Atlas/SP

PROGRAMA DE METODOLOGIA DA AÇÃO GERONTOLÓGICA
Professora Eloá Aparecida Caliari Vahl
2002 – 1

OBJETIVO: Habilitar par planejar e executar atividades pedagógicas junto a pessoas idosas.

CONTEÚDOS

ENCONTRO	PROGRAMA
1	Revisão da gerontologia e apresentação do programa
2	Que é metodologia da ação gerontológica?
3	Fundamentos filosóficos da ação gerontológica
4	Fundamentos filosóficos da ação gerontológica
5	Fundamentos psicopedagógicos para uma ação educativa
6	Fundamentos psicopedagógicos para uma ação educativa
7	Práticas pedagógicas para idosos
8	Atividades físicas para idosos (profª Marise)
9	Técnicas de atuação
10	Dinâmicas para acolhida, animação, interação e comunicação de grupos
11	Idem – prática
12	Dinâmica de reflexão
13	Idem – prática
14	Dinâmicas para a vida em comunidade
15	Idem – prática

Anexo G – Questionários Aplicados

QUESTIONÁRIO

1. DADOS PESSOAIS

Nome:.....

Sexo: () Masculino () Feminino

Endereço:.....

Telefone:.....

Data de nascimento:.....

Cidade de origem:.....

Filiação:.....

2. SITUAÇÃO FAMILIAR

_ Estado civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () Divorciado () Outros

_ Nome do cônjuge:.....

Filhos: () Sim () Não

▪ Quantos?: () Homens () Mulheres

▪ Nome:.....

▪ Nome:.....

▪ Nome:.....

▪ Netos? () Sim () Não

▪ Quantos? () Homens () Mulheres

▪ Nome:.....

▪ Nome:.....

▪ Nome:.....

_ Mantém contato constante com filhos e netos: () Sim () Não

_ De que maneira?.....

_ Com quem reside? () Esposa () Filhos () Sozinho () Outros

3. DADOS DE SAÚDE

_ Problemas de saúde?:

() Hipertensão () Diabetes () Problemas Cardíacos () Problemas Visuais

() Problemas Auditivos () Outros

_ Toma medicamento contínuo?.....

_ Quais?.....

4. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

_ A residência é:

- ☐ própria ☐ alugada ☐ cedida ☐ financiada ☐ outros
☐ casa ☐ apartamento ☐ outros

_ Qual o meio de transporte que usa mais freqüentemente?

- ☐ Ônibus ☐ Carro ☐ Bicicleta ☐ Outros

_ Atualmente você está?

- ☐ empregado - mercado formal
☐ empregado - mercado informal
☐ desempregado - em benefício do INSS
☐ desempregado - sem benefício do INSS
☐ realizando trabalho eventual (biscate)
☐ aposentado
☐ do lar
☐ outros

_ Renda familiar: ☐ Individual ☐ Outros

_ Faixa salarial em salários mínimos:

- ☐ de 0 a 5 ☐ de 5 a 10 ☐ de 10 ou mais ☐ outros

_ Qual a profissão que exerceu ou exerce?.....

_ Trabalha quantas horas por dia?

- ☐ até 4 horas ☐ até 6 horas ☐ até 8 horas ☐ até 10 horas ☐ mais de 10 horas
☐ não trabalha

_ Qual o seu grau de formação?

- ☐ antigo primário ☐ ensino fundamental ou 1º grau ☐ ensino fundamental ou 2º grau
☐ ginásio ☐ superior ou faculdade

_ Área do curso superior.....

5. ASPECTOS CULTURAIS

_ Quais suas opções de lazer?

_ Citar duas:.....

_ Que assuntos mais lhe despertam atenção?

- ☐ Saúde ☐ Educação ☐ Música ☐ Artesanato ☐ História ☐ Religião ☐ Outros

_ Tem o hábito de leitura?.....

_ Qual tipo?.....

_ Religião: ☐ Católica ☐ Evangélica ☐ Espírita ☐ Umbandista ☐ Nenhuma ☐ Outros

6. PARTICIPAÇÃO NO NETI

- _ Qual o motivo que o levou a freqüentar o NETI?.....
- _ Já freqüentou outros cursos do NETI? Quais?.....
- Pretende fazer outros cursos?.....
- Dentro ou fora do NETI?
- _ Como a família vê a sua entrada no NETI?.....

7. AÇÕES COMUNITÁRIAS

- _ Sente facilidade na comunicação com outras pessoas?
- _ Explique melhor.....
- _ Exerce alguma função: () na comunidade () na cidade () na região
- _ Em qual área? () gerontologia () outros
- _ Tem interesse em atuar como voluntário em algum tipo de instituição ou serviço?
- _ Explique melhor.....
- _ Qual horário disponível?.....
- _ Você se interessa mais por atividades:
- () Recreativas () Manuais () Físicas () Religiosas () Culturais () Outras
- _ Possui amigos?.....
- _ Citar dois:.....

8. DADOS SOBRE ÁREA DE ESTÁGIO

- _ Para o próximo semestre qual área pretende fazer estágio?
- () Terceira idade () Criança e adolescente () Saúde () Outros
- _ Explique melhor.....
- _ Já manteve algum contato com alguma instituição da área que quer estagiar? Qual?.....

DADOS SOBRE O CURSO

_ Como era sua vida antes de entrar no NETI?.....

_ O que mudou em sua vida após a inserção no NETI?

() Na Família () Na Sociedade () Não vê mudanças. Por que?.....

_ Tempo que está no NETI?.....

_ O que o levou a freqüentar o Curso de Monitores?.....

_ Como vê o Curso de Monitores?

▪ Aulas: () Regular () Bom () Ótimo

▪ Professores: () Regular () Bom () Ótimo

▪ Companheiros: () Regular () Bom () Ótimo

_ Em relação às suas expectativas pessoais o curso de monitores:

() Atende () Não atende () Outros Explique melhor.....

Quais suas sugestões para que o NETI possa estar ampliando e qualificando ainda mais suas atividades?.....

10.DADOS DA REALIDADE

_ Qual sua visão quanto ao processo de valorização ou marginalização da sociedade em relação ao idoso?.....

_ O que você acha que deveria ser mudado na sociedade em relação ao idoso?

() Mais assistência médica () Aposentadoria () Moradia () Atenção e respeito

() Mais centros de atendimento () Mentalidade () Outros

_ Explique melhor.....

OBSERVAÇÕES: